V REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EBC

Brasília

12 de agosto de 2008

REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR – 12-08-08 PARTE 1

Muito bem. Nós vamos então dar início à reunião. Em primeiro lugar vamos dar posse aos novos conselheiros. Quem quiser fazer tem toda liberdade para, quem quiser fazer um discurso, pode fazer. Vocês não precisam fazer discurso se vocês quiserem falar alguma coisa rapidamente, eu gostaria até que falassem.

Boa tarde a todos, eu só rapidamente gostaria de dizer do meu orgulho de estar participando deste conselho, eu tenho quase trinta anos de trabalho no senado nesta área de comunicação e o meu interesse sempre foi pela TV pública, radiodifusão pública. Eu queria só assumir perante os senhores e senhoras o meu compromisso de dedicação especial a constituição desse projeto de revisão tem como objetivo a formação de um cidadão, de um telespectador cidadão. Muito obrigado.

Juca.

Eu confesso, pensava que eu já era conselheiro, que participei aqui de três reuniões substituindo o ministro Gil, quer dizer, hoje formalmente eu passo a ser conselheiro e também, acho que, desde o início da movimentação para criar uma TV pública de qualidade, uma rede nacional de TVs pública de qualidade, eu tive perto participando, apoiando, então é dar continuidade a isto, tendo a responsabilidade de participar de um conselho que é tão importante na administração, representando os interesses da sociedade em relação a essa experiência, certamente pode demorar um pouco, mas certamente vai ser muito relevante para a sociedade como um todo, então eu também me sinto orgulhoso de ser incorporado como membro do conselho.

Eu queria como presidente, dar as boas vindas aos novos conselheiros, sendo que o Juca já havia participado das reuniões como representante do ministro Gil queria dizer que nós nos sentimos também honrados pelo Legislativo ter na verdade indicado o seu representante, que é importante que o congresso nacional tenha o seu representante aqui para que nós possamos ter uma interlocução e também uma transmissão de informações recíprocas, de modo que nós possamos melhorar e fazer avançar o projeto da TV pública. Como disse a Dra. Ana Luiza, é muito importante para a formação do cidadão brasileiro. Nós vamos passar agora, imediatamente ao item principal da ordem do dia que é a discussão do relatório elaborado pela comissão que trata da questão da demissão do funcionário Luis Lobo. Eu vou pedir ao José Paulo que faça um breve resumo do que foi exposto no relatório, não é bem um relatório, é um parecer da comissão, de modo que depois eu vou dar a palavra a cada um dos conselheiros por dez minutos para que eles possam fazer as suas considerações. Depois que os conselheiros falarem, eu vou dar a palavra à presidente Tereza Cruvinel e à Helena e depois para as suas considerações

e faremos depois a votação. Passo a palavra ao conselheiro José Paulo Cavalcanti.

Antes de começar a exposição, faço uma pergunta. Os senhores conselheiros chegaram a ler o texto? Seria uma tragédia se não lessem, porque aí, então vamos simplificar. A comissão discutiu esse assunto, trocou minutas, quando produziu consenso, deu ciência ao presidente Beluzo do texto, esse texto depois que ele foi finalizado, eu entreguei apenas ao presidente Beluzo, não entreguei a nenhum dos muitos jornalistas. Eu devia ter começado saudando o eminentíssimo ministro Franklin, o ministro Juca, agora o meu queridíssimo Sérgio Rezende, mas vamos seguir. A primeira compreensão nossa é que se esse episódio se desse daqui a dois anos, nem ia para o jornal e não estaria aqui presente. Isso é uma das situações típicas de começo de mandato, de certa forma ela vira (ininteligível). Mesmo quando não tem os ingredientes para virar, acaba virando por força das circunstâncias. O episódio é bem conhecido. A comissão se empenhou em duas linhas distintas. Imediatamente a comissão pareceu claro que se tratava de um episódio empregatício, de relações entre patrão e empregado. Eu escrevi patrão e empregado, patrão e empregado, o governador reagiu bravamente, troca-se patrão por empregador. Ou era uma relação entre empregador e empregado, ou tem uma matriz política, ficou claro isto desde o início e nós não excluímos nenhuma das duas hipóteses e não encaminhamos em direção à terceira hipótese, que só podia ser isso. Ouvimos demoradamente os dois interessados, os e-mails trocados estão como um anexo, a síntese dos e-mails está dentro, depois ouvimos pessoalmente as duas áreas interessadas. A síntese da reunião foi feita pela Doutora (ininteligível). A nosso juízo absolutamente fiel do que foi a reunião, não foi isso? Então isso esgota este primeiro momento. Depois vem a Helena, aí vem. Nas avaliações, está dito aqui, é uma coisa curiosa porque à comissão pareceu que o jornalista Luiz Lobo é uma pessoa, pareceu ser uma pessoa bem-intencionada, comprometido com o projeto, uma pessoa que acredita no projeto, na TV independente. O jornalista causou uma boa impressão à comissão e a jornalista Helena Chagas, à comissão pareceu sem divergências, que ela é uma pessoa que tem qualificações sobrantes para exercer o cargo, está absolutamente qualificada, comportou-se com isenção, então é curioso porque na busca dos culpados, a compreensão é de que não houve culpado. São duas pessoas que foram bem avaliados pela comissão. O primeiro trabalho da comissão foi analisar os noticiários da televisão nos dias que precedem o desfecho do episódio, para tentar caracterizar a existência ou não de uma posição da TV Brasil no sentido de favorecer o governo que contrata seus dirigentes e a primeira constatação é que, pelo noticiário, não é possível fazer esta caracterização. Aqui está, eu não vou ler, mas aqui está uma longa seqüência de, tirando as manchetes neutras, nós fizemos um resumo das manchetes a favor e contra e a primeira observação é que o noticiário é um ponto favorável ao ministro Franklin e o governo que ele representa, mas o

noticiário das televisões é invariavelmente favorável ao governo. Quando você, num momento específico, no momento específico você junta tudo, e vê que é uma coleção extraordinária de notícias quase que invariavelmente a favor do governo, e portanto as circunstâncias de que uma ou outra notícia tenha sido dada na TV Brasil que posso ser tida como favorável ao governo, se dilui na hipótese de uma conspiração a favor do governo, pela constatação de que é apenas uma reprodução das mesmas notícias que foram dadas nos outros canais, e em alguns casos praticamente as mesmas palavras. Eu lamento que, por questões de data, eu cheguei a pensar fazer uma coisa que era botar embaixo da outra manchete que são iguaiszinhas. Eu só não pude fazer isso, que em alguns casos uma televisão dava a notícia num dia, outra ia dar quatro dias depois, aí você perde o contato, mas então, as notícias foram quase as mesmas, quase as mesmas palavras e todas as televisões com a notícia curiosíssima que nesses vinte dias que antecederam a demissão, só houve duas notícias contra o governo e todas as duas da TV Brasil. Se isso prova alguma coisa, então fizemos um resumo daqui, o resumo das notícias e a TV Brasil junto com o Jornal Nacional e a SBT Brasil, são os noticiários que menos noticiam favoravelmente ao governo, portanto não há uma evidência estatística a partir das notícias de que noticiário favoreça ao governo. Pedimos qual o Luis Lobo para que indicasse, porque ele dizia no relatório, pode ver lá as matérias que estão a favor do governo. Eu pedi que ele indicasse, pedi aqui e por telefone e pedi mais de uma vez que ele indicasse concretamente o dia, que nós queríamos nesse dia ver o da TV Brasil e ver o de todos os outros noticiários. Ele se esquivou de fazer isso, mas apesar disso nós consultamos, aí só vimos o da TV Brasil sem dispensão das outras. Já que ele indica, consultem e eu peço os dias e não diz o dia concreto, eu vi um conjunto de dias e sem me fixar em nenhum dia, nós vimos especificamente, e é curioso porque ele fixa a posição em dois temas centrais, os cartões corporativos e o suposto dossiê e o problema da saúde com os cartões corporativos. Aqui há uma síntese dos resumos, a posição da escolha pela TV Brasil do suposto dossiê não nos pareceu ter significado de proteção ao governo até porque ele usa a expressão dossiê, uma jornalista chamada Carine Melo também usa e vários jornais exibidos na tela por segundo, usa dossiê, então fica uma coisa meio misturada, tão misturada que a própria Helena quando vai falar, fala em dossiê e não em suposto dossiê no seu texto. Com relação ao orçamento de saúde, a comissão pareceu neste episódio especifico, houve um excesso de rigor porque parece à comissão, difícil de explicar o cenário da saúde brasileira, pela supressão do CPMF. Estão chegando aqui dois companheiros.... vão chegar pelo meio. No episódio do orçamento da saúde, à comissão pareceu que houve excesso de rigor da direção de jornalismo e não parece à comissão que o caos da saúde possa ser explicado, ou pelo menos a piora da saúde, a crise, pela queda da CPMF, pela razão estatística que o volume de recursos arrecadado pelo governo no período foi maior do que a perda da CPMF, então se faltaram recursos da CPMF, houve sobra de recursos de outras fontes, que,

caso houvesse vontade política do governo, supriria largamente a retração da CPMF, de forma que em relação a esta questão específica, a comissão entendeu que a posição do jornalista não (ininteligível), a CPMF não teria sido nada demais. Há uma referência no relatório, à estrutura do comando e conteúdo. Aí, este é um tema que vimos conversando, presidente Beluzo, há muito tempo. O fato é que a TV Brasil recebe duas estruturas pesadas. É uma coisa meio cruel, cruel, porque é cargo demais, comando demais, perde-se eficiência e nós inclusive comparamos aqui a estrutura... é uma estrutura meio complicada. O bom senso parece sugerir que a estrutura de comando não era bem essa que a gente exibiu aqui não, mas essa é o que está no organograma que a gente recebeu. Você compara esta estrutura com a TV Globo, vai ver que a de lá é muito mais simples, muito mais tranqüila. Este é um comentário incidental. Outro comentário incidental, é em relação à natureza da programação. É convicção nossa de que a programação tem melhorado consistentemente, é como se a TV Brasil tivesse começado a sentar e organizar a casa. Ontem, por exemplo, eu vi o programa de Anselmo Góes de lá para cá, eu acho um programa, o modelo de programa a ser reproduzido, aquilo é, e acertou. Foi a mão na roda, um programa que é um exemplo de prazo. Não tem aquela pressa dos outros programas, uma coisa mais tranqüila no tema. E à comissão pareceu que o noticiário do, esta é uma colaboração no sentido de, construtiva, de ajudar, pareceu que o foco do tema é fazer um noticiário, que seja, como os outros, que se for possível, ainda melhor do que os outros, mais isento do que os outros. À comissão pareceu que melhor seria que o enfoque fosse, a intenção fosse produzir um noticiário diferente dos outros, onde o tema político recebesse um pouco menos a atenção do que nas outras redes. Fica uma coisa meio pasteurizada, meio homogeneizada. Você sai pulando de um noticiário para os outros e não percebe as diferenças. Era melhor fazer, buscar um caminho próprio, em que os telespectadores fossem estimulados a ver o noticiário, não porque ele fosse melhor do que os outros, mas que eles fossem diferentes. Em resumo, considerando todas essas circunstâncias, a conclusão da comissão é que a comissão não teve pressão de ninguém, não ouviu ninguém, não recebeu interferência de ninguém, nós estamos aqui exclusivamente por interesse coletivo, pensando na coisa pública, não teve nenhuma interferência e a conclusão nossa, é que no caso ocorreu apenas incompreensões naturais de relação de trabalho entre o jornalista Luiz Lobo e a direção de jornalismo da TV Brasil. Aos olhos da comissão, sendo o Repórter Brasil Noite considerado tecnicamente correto e politicamente isento. O relatório, como relatório exatamente, acaba aqui, reconhecendo nos limites da recomendação recebida do presidente, encerra-se concluindo que foi uma relação, quem vê pelo meio sabe o que houve, na comissão, é que em função da pressa, pessoas que já não se conheciam intimamente, tinham uma relação de trabalho superficial ou apenas social, se juntam no curso de um projeto, à comissão parecendo que havia a crença de que no curso dos dias, das semanas e dos meses, se arrumassem

naturalmente o processo, cada um fosse arranjando o seu lugar. Isso não aconteceu, sendo (ininteligível) normal entre empregador e empregado e no parecer da comissão a razão da demissão tenha se dado por preocupação da TV Brasil em ser favorável ao governo que nomeou a todos nós aqui. Essa é a conclusão da comissão, portanto, até faço uma observação ministro Franklin. Essa comissão teria sido melhor que essa conclusão tivesse ocorrido há mais tempo, porque deixou a TV Brasil, no sereno durante algum tempo. Quero dizer ministro, que o relatório está pronto desde junho. A demissão se deu em fim de abril, quatro de abril, a sessão nossa foi realizada em seguida, logo no comecinho, nós na reunião de maio, fizemos, maio ou junho, quando foi a primeira reunião? Fizemos aí no começo de junho, começo de junho, fizemos a reunião quando ouvimos o Luiz Lobo e a Helena, e já no meio de junho, dia 21 de junho estava pronto. O que houve de junho até agosto é por falta de pauta, cada um dos conselheiros tem problemas. Teria sido melhor que esta conclusão tivesse sido dada ao publico. Bom, poderia ter sido, estava pronto desde junho e, portanto, a conclusão é essa. Ao lado dessa conclusão, a comissão apresenta duas moções. A primeira moção, à rigor, nem precisaria ser apresentada, mas nós entendemos importante que é a regra do artigo 27 do regimento do conselho que já prevê apoio técnico. Neste momento ficou claro a importância de ter alguém que não seja vinculado à estrutura burocrática da TV Brasil e que posa cumprir tarefas que sejam determinadas pelo conselho. Por exemplo, vou dar um exemplo, era muito bom que alguém sentasse e nenhum de nós pode, ou a maioria de nós não tem tempo disponível para ver todos os noticiários todas as noites. Uma pessoa que, por exemplo, recebesse do conselho a recomendação de assistir todos os noticiários para reportar se alguma coisa diferente do normal acontecesse, se algum programa tem algum problema, ou seja, alguém que possa fazer essa comunicação, que possa fazer estudos e conceitualmente que não devia estar ligado à TV Brasil. Devia ser funcionário da TV Brasil, (ininteligível) a discussão do conselho, para que o presidente desse tarefas específicas que não estavam vinculadas ao dia a dia da TV Brasil. E digo isso à vontade, porque esperemos (ininteligível) é a perfeição não é Beluzo? Não temos, ao contrário, não temos nenhuma observação, mas gostaríamos de ter pelo menos nessa, dando concreção ao artigo 27 do regimento, já é necessário ter pelo menos uma pessoa para começar a ver a programação, para fazer um resumo aos conselheiros do que está acontecendo, indicação de alguma coisa fora do padrão que pudesse ter acontecido. E portanto, essa é a primeira moção que nós fazemos, é de que a EBC contrate um funcionário indicado pelo conselho curador, para cumprir tarefas que lhe sejam determinadas pelo mesmo conselho curador. Isso aqui já tem um problema que é essa coisa de funcionário indicado pelo conselho curador. Na burocracia de agora, eu nem sei como é possível fazer isso, porque um dos temas que a gente vai ter de discutir, é o formato jurídico da TV Brasil, que torna um inferno, gerir um monstro no governo atual. Eu nem sei se o conselho curador pode indicar e a

TB Brasil pode contratar. De qualquer forma, essa é a nossa intenção.Se houver dificuldades, analisaremos depois. A segunda moção, diz respeito à contratação de pessoas na área de conteúdo. Há inclusive uma imprecisão, no momento pareceu óbvio, mas eu penso que não custava nada dizer melhor , nós vamos falando de que funciona, trabalho na área de conteúdo.Nós estamos falando de cargo de direção, em cargo que tem poder de interferir. Pareceu que estava claro, mas depois eu estava relendo, e do jeito que foi redigido, parece que da área de conteúdo, parece que é qualquer funcionário. Não foi essa a intenção da comissão. A intenção está ao inferir na área de conteúdo, a comissão está se referindo dos cargos chefia da área de conteúdo. Esse é um problema complicado, porque é um problema que vem sendo destacado na opinião pública. Pessoas suspeitas vem referindo que este modelo desta continuidade não é boa para o modelo de uma televisão independente. No caso específico, a comissão está absolutamente à vontade para externar sua opinião porque pode concretamente examinar o episódio e (ininteligível). Portanto, não é com os olhos do passado que nós estamos fazendo a recomendação. É compreendendo que inevitavelmente esse problema vai se reproduzir no futuro, e nós entendemos que não é construtivo para a TV Brasil se possa disso, se possa dizer que há algum tipo de comprometimento entre a área da TV Brasil, área de conteúdo e as pessoas que comandam e a sua vinculação com o governo. Essas presunções existem nas legislação à larga, quando se tem interesse coletivo por trás. Na lei de imprensa, por exemplo, é a presunção de que o editor-chefe é o responsável mesmo que ele esteja viajando, não é nem que ele não tenha notícia, não tem informações sobre o que vai ser publicado, se ele estiver viajando e alguém tiver que ir para cadeia, tiver que ir, é ele, pelo fato de só está no comando. A presunção de que ele poderia ter interferido, usando seu poder de comando, poderia ter determinado a determinado jornalista que fizesse, dessa a notícia como foi dada. Na responsabilidade civil, a responsabilidade é do administrador, mesmo que o administrador não seja responsável pelos atos, à partir da presunção que o administrador no cargo, em função do cargo que ocupa, pode fazer com que o ato seja praticado. E vai mais longe mesmo quando ele se oponha à lei das S.A., há empresários aqui presentes, (ininteligível) que foi importado do modelo americano em que você é responsável só por pertencer a uma diretoria, mesmo quando tem a posição contrária. No direito civil, isto acontece com os pais e não pode vender por exemplo a filhos os bens, a menos que os outros assinem, concordem, pela presunção de que um filho pode cooptar a vontade do pai, pode levar que o pai lhe dê um bem, simulando uma venda. É diferente porque o pai doa o bem, o bem, esse bem é uma (ininteligível) legítima, vai à colação, e na venda não vai à colação. No direito eleitoral, aí as presunções são à larga. No artigo 14 do parágrafo 4, analfabetos não podem voltar, pela presunção de que eles são mais influenciados. No parágrafo 5º só é permitida uma reeleição sendo consensual ao legislador que uma terceira reeleição era ruim para a

democracia e para o país. No parágrafo 6º familiar de presidente, governador e prefeito não pode, não podem ser, presidente, governador e prefeito devem renunciar seis meses antes sob pena de não poderem ser candidatos a nada. Na presunção de que fossem, um governador se quiser ser candidato a senador, tem que renunciar seis meses antes, na presunção de que ocupando o cargo, poderia fazer com que a máquina lhe beneficiasse. O parágrafo 7, diz que parentes consangüíneos e afins até o segundo grau, não podem ser candidatos a vereador, não pode pela presunção que o pai prefeito possa contribuir, então a idéia das presunções é algo generalizado na legislação brasileira e nós enfrentamos essa questão , porque se os senhores lerem os jornais vão ver que esse foi o tema sob o qual não houve uma única acusação, mas toda vez que as pessoas vão para o jornal e essa coisa não é boa, essa contigüidade contamina a idéia de que o Brasil seja independente, como se nenhum deles escreveu isso, mas é como se tivesse uma visão na cabeça de todos é como, reproduzindo a fábula da mulher de César que mais do que ser honesta tem que parecer ser honesta. (intervenção fora do microfone). Aparentemente nada, mas o consenso de que o sujeito tem que ser (intervenção fora do microfone), sim mas há o reconhecimento, o reconhecimento é de que, de as pessoas tem que estar sim, na televisão que está começando, é complicado que sobre ela pese o risco, o risco de que, ninguém usou, a comissão chegou a essa conclusão, neste episódio, mas amanhã pode-se acusar de que as pessoas, que a TV podem ter usado isso, isso não é bom para a televisão que está começando, não é bom, à comissão parece que melhor seria afastar, como não há nenhuma prova , Ministro, de que o prefeito vá favorecer um filho que seja candidato à vereador. Um prefeito pode ser um homem do bem como qualquer um, mas o filho não pode ser vereador porque o pai é prefeito e ponto final, para evitar o risco de que isso possa acontecer. Aliás todo esse conjunto de presunções que eu referi aqui, as pessoas podem ser Césares aqui e a legislação apenas achou mais prudente que eles não exercessem o cargo, ou seja, uma televisão que está começando sob o qual pesa as acusações, não foram uma nem duas, e que nasceram para ser chapa branca, vou usar essa expressão que virou corrente, tem que ter cuidado. O primeiro cuidado que a comissão teve foi montar esse conselho, basta olhar para o conselho e as pessoas saberão que não há uma única pessoa daqui que tenha compromissos com esse governo. Ninguém, nenhum dos membros desse conselho não trairiam suas confianças, suas consciências para atender nenhum pedido de governo. Se uma intenção era fazer uma televisão que fosse dócil ao governo, o conselho curador teria que ser outro, não era esse. Essas pessoas não estão no perfil de que estão aqui para ajudar a televisão a ser a favor do governo, acho mesmo que o Ministro Franklin foi sábio quando conduziu essa escolha, que provavelmente outras pessoas haveria com as mesmas qualificações, mas por (ininteligível) mais próximo do governo, esse foi um risco que claramente o Ministro Franklin quis evitar. Então a idéia da segunda mostra que a comissão apresenta é que em algumas

situações, a área, o melhor seria que na área de conteúdo, na direção da área de conteúdo não estivesse presente algumas pessoas que pudessem levar o público a pensar que essas pessoas em situação de risco poderiam não ser independentes. Eu quero insistir nesse ponto, porque nós não estamos preocupados com o passado, a comissão acaba de atestar que não é um arranhão da conduta da TV Brasil, não estamos preocupados com o presente, não há nenhuma crise institucional que nos preocupe, mas a recorrência estatística da história mostra que o governo ainda viverá, este governo ainda viverá crises, o próximo viverá outras crises institucionais e nesse momento de crise, a presença de uma pessoa na, no comando na área de conteúdo, na impulsão de comando que tenha vinculações com o governo não ajuda a tese de uma televisão independente, na busca de estabelecer que cargos seriam aqueles cargos que não seriam bom para a televisão se estivesse na área de comando, nós listamos Ministro de Estado. E um Ministro de Estado iria deixar de ser Ministro para ser Diretor de uma área de conteúdo? Mas, Ministro de Estado, Secretário Executivo de ministério, outros ocupantes de DAS seis, então, no meu tempo era Secretário Geral, hoje é Secretário Executivo e que substitui o Ministro em seus impedimento eventuais, quem participa da direção de partidos políticos, isso é evidente porque é claro que jamais uma televisão de governo convidaria para a área de conteúdo, um dirigente de partido político da oposição, só convidaria partido político da base aliada e não é para televisão independente que um dirigente de um partido político da base aliada esteja em órgão de, na área de, conduzindo a área de conteúdo da TV Brasil. Quem participa de Direção de sindicatos, centrais sindicais, confederações de trabalhadoras e Patronais, aqui a ênfase deixa de ser política e passa a ser econômica. Haverá notícias que referirão interesses de empregados e de patrões, de empregadores e empregados e a vinculação na direção da área de conteúdo de dirigente de órgão sindical de empregado e empregador não parece bom para essa visão independente. Quem participa da área de comunicação do governo, o governo tem, este governo tem uma, todos tiveram à partir de Getúlio, o governo tem uma área de conteúdo, uma área de comunicação encarregada de fazer a comunicação para o governo, quer dizer, o fato de alguém estar na área de comunicação, saia de lá e venha para a TV pública independente, também parece à comissão, que aos olhos de um determinado cidadão comum, há sempre o risco de que ele saiu da área de conteúdo e veio para a televisão para desempenhar o mesmo papel o que fazia na área de conteúdo , agora na televisão o que é ruim, tudo levando em que, a que, o melhor para a televisão, para a televisão se marcar , se vestir da roupa de uma televisão independente, é preciso que quem esteja na conteúdo, não tenha o mais remoto vínculo de nenhuma natureza com a área de , com essas áreas que podem levar as pessoas comuns acharem que a televisão tem compromisso com o governo. A moção é da Direção da área de conteúdo da TV Brasil. Não deverão participar pessoas que por cargos e relações levem o público a admitir que o noticiário da emissora possa não ser isento e assim o

relatório se encerra. (ininteligível), Lúcia e MV Bill que chegaram depois, nós perguntamos, todos já tinham lido o relatório de forma que nós dispensamos a leitura e fizemos o resumo e portanto a comissão propõe ao Conselho uma conclusão de seu relatório, que é pela inocência e as duas moções é o que havia dizer. Eu não sei se a Doutora (ininteligível) querem dizer acrescentar mais alguma coisa.

Da minha parte, nada a acrescentar.

Eu só queria fazer um comentário com relação a, como nós fizemos as entrevistas, ficou bem claro ali, que havia um desconhecimento por parte do jornalista do seu papel na estrutura de gestão. Acho que essa situação causou inicialmente todo o problema. Ele não admitia ter que se reportar a uma pessoa que pautava a agenda do telejornal e por isso passou a desrespeitar a gestão, a direção do jornalismo com relação a sua atuação diária, né, e por outro lado, havia uma expectativa muito grande da direção de jornalismo com relação à ele, o que não aconteceu, então, logo após as entrevistas, nós já tínhamos tido acesso ao material, já tínhamos lido o que a diretora de jornalismo Helena, e o jornalista Luiz Lobo nos apresentaram, mas durante as entrevistas, logo depois nós discutimos, ficou bem claro ali que havia um problema dele com relação a desconhecer a gestão, ou de propósito ou não, mas ele desconhecia como funcionava a gestão e a quem ele devia se reportar imediatamente e o fato das expectativas da direção de jornalismo terem sido muito altas e no decorrer logo dos primeiros meses, verificado que ele não atendia a estas expectativas.

Obrigado (ininteligível). Eu vou passar então a palavra por 10 minutos a cada um dos conselheiros. Em primeiro às senhoras e depois os rapazes.

Franklin Martins

Eu só tinha uma sugestão do ponto de vista metodológico. Eu acho que a gente devia primeiro discutir o relatório e as conclusões. Depois discutir as moções, não necessariamente...

Então, vamos separar assim, primeiro, 10 minutos, espero que não seja necessário o uso de todo o tempo para discutir o relatório e as conclusões e depois eu faço outra rodada para discutir as sugestões. Boa sugestão. Você vai ter o privilégio de começar. Você vai ser a primeira. Os últimos serão os primeiros.

Eu tenho pouco a falar sobre o relatório. Eu acho que ele está muito equilibrado, muito ponderado, acho, concordo com a conclusão do relatório

mesa, mas gostaria de me reservar para falar o que sobre as moções. Exatamente. Depois. Voto a favor da conclusão do relatório.

Lucia

Bom, inicialmente eu queria parabenizar os colegas, acho que vocês fizeram um trabalho magnífico, realmente quando eu recebi o relatório, achei um trabalho extenso, muito bem-feito, eu sei que todos vocês são muito atribulados, não tem tempo livre, realmente se dedicaram profundamente. A gente vê que foi um estudo profundo, de todos os aspectos possíveis levantados, achei realmente magnífico, fiquei muito feliz e queria parabenizá-los e dizer que estou absolutamente de acordo com a conclusão do relatório. Parabéns.

Vamos pela ordem agora né, aqui.

Eu também concordo com a apreciação que está sendo feita da qualidade do relatório e da conclusão também. O trabalho desse conselho, ela não pode de maneira nenhuma refletir expectativas que são produzidas na sociedade e deixar de fazer um trabalho isento e cuidadoso como foi feito. A TV pública está nascendo sob a égide de uma desconfiança de segmentos sociais de que, por ser pública ela será parcial e portanto quase que condenada inevitavelmente a refletir uma parcialidade deixando de lado uma experiência internacional que as TVs públicas às vezes até constrói um discurso mais consistente sobre, e críticos sobre as políticas de governo. Então acho que a maior qualidade do relatório da comissão é exatamente ter investigado com, aí no caso, isenção para detectar parcialidade ou tendências a defender o governo, proteger o governo ou algo assim. Eu, me chamou atenção na denúncia que o jornalista fez, eu li pela imprensa, então eu tomo em considerar seja verdadeiro algo que alguém diz pela imprensa, que às vezes eu fico surpreso com declarações minhas que jamais passaram por minha cabeça e muito menos pela boca. Eu tenho uma certa coerência entre o que passa pela cabeça e o que sai pela boca, então eu desconfio que é uma certa criação, mas ele mostrava como um sintoma desta parcialidade a preocupação do uso da palavra suposto. Eu me lembrei na hora com a experiência que tive na Suécia, que eu tinha poucos meses vivendo lá, e aconteceu uma tentativa de assassinato na praça pública, (ininteligível), onde está o congresso, mais freqüentada, que foi inclusive fotografada, o camarada enfiando a faca no outro, e a imprensa só se referia ao fato como suposto crime e o suposto criminoso, e eu como um bom brasileiro perguntei, mas porque suposto, se tem fotografia? Porque só quem

pode condenar é a justiça, a imprensa não pode condenar, ela pode dar todos os indícios, inclusive fotografia de que houve uma tentativa, mas a conclusão tem que ficar até a justiça se manifestar. Isto é isenção, isto é a preocupação levada ao extremo de pular uma etapa que a sociedade prevê para que a justiça cumpra. Então eu acho bom (ininteligível) principalmente porque não haviam evidências como fotografia do caso sueco, de que se tratava de um instrumento operacional para prejudicar a, b ou c, mas tudo indicava que era uma emanação de um computador e de um relatório que qualquer governo faz sobre os movimentos da realidade que, principalmente os que lhe são próximos, os que têm a ver com a sua gestão e com sua movimentação, então já fiquei um pouco mal impressionado com aquele aspecto, mais o que me baseei muito no relatório que achei extremamente detalhado, isento, preocupado em vasculhar se havia alguma manifestação. Então eu me manifesto favorável e de alguma maneira tem que ser publicizado depois a conclusão, não só o relatório como a conclusão desse conselho a respeito do fato, que apesar de demorar muito, é possível que a opinião pública já nem lembre mais do fato, mas de qualquer jeito a coerência do conselho se dá no momento em que torna público uma investigação e o posicionamento do conselho como um todo.

Franklin Martins.

Bom eu queria dizer o seguinte. O relatório, eu queria parabenizar a comissão, o relatório é muito bom, que ele é muito bom porque, não é só porque ele é equilibrado (ininteligível), ele adota um método correto. Ele vai em cima daquilo que o único critério pelo qual você pode medir se havia verdade ou não nas denúncias, se havia isenção ou não no noticiário que é o próprio noticiário e eu acho que ele confirma aquilo que, pelo menos era a minha sensação como telespectador. A minha relação com o noticiário, o jornal, é de que telespectador, e vendo várias vezes, por exemplo, eu achei que forçaram a mão contra o governo no noticiário, achei, tudo bem, isto é da vida. Então a comissão confirma o que eu senti, ou seja, eu nunca senti um viés governista no noticiário,nunca senti absolutamente, para mim e eu acho que o conselheiro José Paulo foi feliz quando ele diz que em outro momento isto sequer seria motivo de grandes investigações, apenas porque nós estamos começando, estamos dando a largada, há inseguranças. Há na sociedade e é natural que haja uma certa desconfiança se nós vamos conseguir fazer TV pública ou se ela vai ser uma TV de governo, então essas desconfianças são naturais até porque corresponde em boa medida ao que foi a TV pública no Brasil durante esse tempo nos estados, de um modo geral. Muitas vezes ela foi governista, no caso do palácio do governo, no estado. Eu acho que está normal e acho que a comissão adotou uma forma eficiente, ir aos noticiários, ir aos fatos e acho que com isso ela trás, a meu ver um relatório, que não é uma defesa subjetiva, é em cima dos fatos. Então eu acho muito positivo, eu acho que isso deve ser publicidado evidentemente. Eu queria fazer três reparozinhos e revelar uma

preocupação. Começo pela preocupação. É com o fato de que tenha havido vazamento do relatório, não na sua íntegra, mas informações pela imprensa. Eu sou jornalista e sei o seguinte: acho que com vinte pessoas não existe, mas se nós pudermos em outras oportunidades zelarmos um pouco mais, evitar que isso vaze, porque, o vazamento, no caso aqui, provavelmente vamos concordar com teor do relatório (ininteligível), mas podíamos ter divergências, quer dizer, então já vai criando um constrangimento e acho que é ruim, acho que este conselho, seria melhor se ele apreciasse e depois (ininteligível). Além da preocupação, justamente porque ele vai ser publicidado, eu acho que nós deveríamos evitar botar no relatório os nomes das emissoras de TVs, porque o nosso mandato aqui é para analisar o conteúdo da TV Brasil, não das outras emissoras que nós não temos mandato mas eu acho que a comparação é justa, é pertinente. A gente pode dizer TV a, TV b, TV c. Sem entrar muito no ar, porque já começou, porque vazou, a Record é mais governista, e aí nós sem querer já estamos dando munição na disputa de audiência de televisão. A gente é ousado mesmo sem querer, então acho que a gente deveria encontrar uma fórmula mais neutra nisso daí. A segunda questão da CPMF. Eu acho que é uma questão discutível. Agora com toda franqueza é o seguinte: qualquer um de nós, vocês, a maioria aqui não trabalhou em jornal, mas eu trabalho há trinta anos em jornal. Jornal, todo dia você toma n decisões. Eu me lembro uma vez que eu era editor de política de O Globo, foi um amigo meu me visitar na hora do fechamento, cara saiu de lá louco. Ele disse que você tomou 50 e poucas decisões em trinta minutos. Eu nunca imaginei que eu tomava tanta decisão. O cara ficou contando, o cara era meio obsessivo. E você tomou muitas decisões e evidentemente você toma decisões erradas as decisões do jornalismo são decisões sempre passíveis de uma crítica posterior. A questão é a seguinte: você vai ter que pegar é o conjunto da obra. Se pegar isoladamente em qualquer jornal, você vai achar todo dia, e os jornais fazem isso, coisas onde eles erraram, ou tomaram decisões equivocadas, 10,15 e acertaram 100, 150, mas o conjunto é o que vale. Eu pessoalmente acho que a decisão da CPMF foi correta, mas admito que alguém chegue e diga, olha eu acho que devia tratar de outra forma. Seja qual for a decisão, ela não arranha nem um pouco o fato de que você está fazendo um jornalismo isento, equilibrado, grudado nos fatos, etc. Então é isso aí. Outra questão é a seguinte, é questão se está dando muita ênfase à política ou não. Eu pessoalmente, eu acho que o jornalismo de uma TV pública, ele deve dar ênfase à política, deve dar ênfase à economia mas também ele deve dar ênfase a uma porção de outras coisas que, acho até que seria uma discussão interessante que nós poderemos tratar em outra oportunidade fora do âmbito do relatório, sobre o que deve ser um jornalismo de TV pública, porque tem uma porção de outras coisas que são interessantes, coisas que têm interesse público e que a mídia comercial não dá, eu acho que essa discussão ainda está engatinhando, só que eu acho que isso, pessoalmente, eu acho que não deveria estar no relatório, porque pode dar a impressão de que é uma crítica antes de uma discussão que nós

tenhamos feito, mas também se estiver eu também não vejo nenhum problema. Por último, uma questãozinha assim, a questão da estrutura, eu vou dizer o seguinte, não é muito diferente a estrutura da TV Globo não. No que está aí, quer dizer, se você pegar a estrutura básica, a TV Globo tem também os diretores regionais. Eu era o diretor regional aqui, passava o crédito na no final de qualquer noticiário, estava lá o meu nome. Aí tem mais coisa, porque talvez na TV Globo você for votar a rádio CBN, se você for botar a Globo News, se você começar a botar um monte de coisas que na verdade não são uma TV propriamente dita, você terá uma porção de caixas. Com isso não estou querendo dizer que não tem caixinha de mais, pode até ter caixinha de mais, mas eu não acho que temos uma estrutura simples e leve lá, é mais ou menos a mesma coisa. Do ponto de vista dos três degraus que foram postos, que existiriam na TV Globo e quatro que existiriam na TV pública, no caso a TV Brasil, é exatamente a mesma coisa, não vejo muita diferença. Mas eu queria dizer o seguinte, faço essas ressalvas até por uma necessidade de rigor que eu sinto, mas eu queria dizer o seguinte, eu acho que o trabalho da comissão, ele é um trabalho que ele estabelece um padrão de como deve ser o trabalho que nós tenhamos que eventualmente teremos que fazer daqui para frente, e deve ser sempre assim, indo aos fatos, indo ao noticiário, pegando o que aconteceu, dando menos importância ao que dizem que aconteceu e mais importância de fato ao que foi ao ar, ao que foi divulgado. Eu acho muito bom e manifesto pela aprovação, claro.

(ininteligível)

Sobre o relatório

O único comentário é que eu concordo com a observação do José Paulo de que se ele tivesse sido, esse mesmo relatório divulgado dois meses antes, teria sido um pouco melhor. O governador disse que, acho que não, porque agora o assunto já saiu, mas eu acho que teria sido porque o que vai acontecer é que possivelmente ele nem vai ter repercussão já que o assunto desapareceu e era interessante que ele tivesse uma repercussão pela forma com que foi feito todas levantamento, o noticiário e tal, mas não podíamos esperar outra coisa de uma comissão desse nível, de modos que eu como membro do conselho curador quero agradecer o trabalho da comissão e congratular pelo resultado.

Bom, eu queria também complementar a comissão, acho que o relatório está muito bem feito, eu li esse relatório de ponta a ponta e evidentemente eu não tem experiência em empresa pública, mas a minha experiência em empresa privada, se nós olharmos o organograma feito aqui pela comissão, aonde este editor-chefe, seu Luis lobo, olha eu conheci apenas pela televisão, eu nunca

falei com ele, está em quarto lugar, não daria origem nem ao relatório. Seria pura e simplesmente demitido e acabou. Eu vi as razões da doutora Helena Chagas, está aqui no final relatório, essa para mim são razões fundamentais e, onde ela diz, razões funcionais da demissão, jornalista Luiz Lobo há quatro meses na empresa. Na Belcar se tivesse 40 anos na empresa toda bem, quatro meses da empresa, foi por mim demitida em 4/4 por inadequação às funções de editor-chefe do Repórter Brasil Noite, noticiário que vai todos os dias ao ar, e tal, as muitas limitações do profissional para exercer o cargo de editor, não de apresentador, eu pelo menos vi o cara, parecia bom, no qual se saiu bem, ficaram claras aos que com ele trabalharam ao longo desses quatro meses. Cito apenas uma em nome da objetividade necessária: Luis Lobo recusava-se a cumprir carga horária superior a 30h semanais, ou seja das 16 às (ininteligível). Por esta razão, recusou-se a assinar seu contrato de trabalho com a EBC. Está demitido, sem comissão, sem coisíssima nenhuma, quer dizer, um cara desses é um indisciplinado total, mas isso eu estou falando numa empresa privada. Agora em empresa pública, eu sei que tem outras nuances, o Franklin hoje empresa pública, já foi empresa privada. Gostei muito das observações que ele falou. Às vezes tudo isso é o impacto que dá na janela, não é que quebrou o vidro, é que sujou tudo. Então eu acho que as razões que a Helena colocou são para mim suficiente, são confortáveis para que desse moço fosse demitido e eu vejo que as conclusões da comissão , Doutor (ininteligível) são conclusões absolutamente corretas. Eu vejo um problema que eu acho que nós temos que cuidar na TV pública, é a definição das funções de cada pessoa. Isso a comissão convocou aqui, que diz: sobretudo, os fatos decorreram substancialmente pela falta de definição das funções do jornalista Luís Lobo, desde a contratação, quando deveriam ter ficado claro seu horário, o papel que teria, a cadeia de comando com a indicação e tal e o que se esperava dele. Aí Helena, talvez tenha sido uma falha sua. Se o cara não quisesse se submeter, nem se discute mais, não admite o cara, mais numa empresa, eu vejo na nossa e qualquer empresa americana, hoje existe um troço fundamental que chama-se job description. Antes (ininteligível), você tem que definir o que o cara vai fazer. Se ele é o homem que serve cafezinho, tem que dizer, para cada um tem que ter o açúcar, tem que ter o adoçante líquido ou em pó, o fulano gosta de, mas tem que descrever claramente o que o cara vai fazer, se não mais dia menos dia vai dar conflito. O quarto ponto também colocado pela comissão é o que se refere à ética. Eu acho que toda empresa, eu não vou repetir o que se falou aqui em matéria de ética, mas eu trouxe até para ilustrar, o código de ética da minha empresa. Os meus filhos, que antes vendiam, tinham representações dentro da Marco Polo, não vendem nem entram dentro da empresa, não trabalham dentro da empresa porque eu não quero eles lá dentro e não vendem nada, nada, nada. Qualquer parente que tiver, qualquer conotação com esquema dentro da empresa, é banido, não sai. Eu deixo aqui para o José Paulo o código de ética nosso, acho que nós deveríamos, a General Electric

tem um código de ética sensacional, e talvez a gente deveria pinçar alguns códigos de ética para fazer uma espécie de e trazer. O código de ética e evita problemas, evita desavenças evita conflitos, mantém. No início a gente se choca, mas depois, exatamente isso, então depois, tudo isso eu acho que vem benefício de uma causa comum, de tal maneira que eu acho que as colocações do Franklin e do Rezende estão muito bem colocadas, acho que a gente tem que, a televisão, o papel que a EBC desempenha é um papel fantástico, extraordinário e dependendo da maneira como nós orientarmos e a vocês, dona Tereza Cruvinel e da Helena, e os diretores todos podem transformar essa televisão num verdadeiro modelo de canal de comunicação brasileiro. E não é muita coisa que a gente tem que corrigir, tendo sempre o cuidado seguinte: eu empresário posso fazer uma tremenda burrice desde que eu não agrida a CVM que é a bolsa de valores de valores, que aí o negócio é complicado, sai meu nome no jornal e amanhã ninguém (ininteligível). Qualquer repórter da EBC , por menorzinho que seja, se disser uma besteira, uma bobagem, está um monte de confusão formada. Então esse é que eu acho que é o cuidar, o treinamento, a definição de funções, o relacionamento da direção com o pessoal de operação, é fundamental que exista isso, para que não se repita o que ocorreu, eu acho que esse fato foi bom, porque é errando que a gente aprende, as ocorrências más geram ocorrência boas, mas eu acho que este fato, e este relatório aqui que para mim, parabéns de novo a comissão, é um exemplo de honestidade, é um exemplo de vontade de tornar a EBC uma empresa cada vez mais séria. Isso serve para nós de diretriz, para que a gente possa no futuro, cada medida que nós tomarmos, cada ação que nós tomarmos, vocês estão que nem o cara que aperta botão da nuclear, se apertou errado, a conclusão é muita, eu não, eu aperto meu canhão, disparo e derrubo uma casa, vou lá e indenizo o cara, pago e está acabado. Vocês apertaram o botão é errado, é uma bomba atômica do cacete. Então, este é o cuidado que tem que ser tomado, mas de qualquer maneira Helena, Dra. Tereza, acho que vocês estão indo muito bem, e esse fato que ocorreu, embora não precisasse ter dado toda essa importância, mas eu acho que valeu.

Bom, boa tarde a todos,desculpe pelo atraso. A culpa não dói minha, da TAM. Primeiro parabenizar a comissão, dizer que mandar muito bem em relação relatório, nos vários dias que levei para ler isso tudo por conta do pouco tempo, pude perceber que há bastante qualidade e há também uma preocupação, porque mesmo sem ser jornalista como o amigo Franklin, eu reparo algumas coisas no jornalismo que me incomodam bastante e vi grande parte dessa preocupação dentro do relatório. Primeiro em não deixar a empresa se transformar numa empresa chapa-branca e também tomar cuidado com a qualidade do jornalismo que se tem. Gostaria aqui de citar duas histórias bem breves, não vou chegar a usar os meus dez minutos que aconteceram no final

da semana passada e no início desta semana. Uma delas foi o incêndio que aconteceu numa favela em São Paulo e eu estava assistindo, tenho muitos amigos nas favelas de São Paulo. Estava assistindo o jornalismo e queria saber qual a favela que era e em qual região e que num determinado jornal, e liguei num determinado jornal, da rede Globo por exemplo, e dizia: uma favela em São Paulo, um incêndio numa favela em São Paulo com uma vítima, uma pessoa gravemente ferida e uma morreu. Com uma outra emissora, uma acidente em São Paulo, um incêndio, nenhum deles dizia qual era a favela e não dizia qual era o nome da pessoa, como se aquele fosse um não um lugar e como se aquela pessoa fosse um sub-humano e eu, e muitas pessoas em SP, fiquei querendo ter esta informação. Vai ter que recorrer à Internet, nem todo mundo tem esse acesso, vou ligar para um amigo que mora ali perto, se ele está por aí, sabe quem foi, o quê que aconteceu, então o tipo de notícia que me incomoda bastante. E a outra que é um pouco mais grave, aconteceu acho que no domingo, no Rio de Janeiro, uma mulher deu alguns tiros no companheiro dela ao descobrir que o marido a traía com uma menina de 14 anos, que era irmã da esposa, ou seja, era cunhada do cara e todos os jornais vinham dizendo: mulher mata marido porque mantinha caso com uma menina de 14 anos. Dá para manter caso com uma menina de 14 anos que é uma criança? E quando fui me aprofundar na matéria, na verdade a menina era violentada pelo cunhado desde os 10 anos. E todos os jornais vinham dizendo: o romance já durava quatro anos. Uma menina de 14 ou de 10 anos é pedofilia. Então uma mesma notícia, se não tiver um senso crítico, um aprofundamento, ela se transforma numa outra coisa. E olhando o relatório, foi uma coisa que me deixou muito feliz de ter esta preocupação. Agora o Franklin fez uma proposta que não sei se vou poder, mas se pudesse eu gostaria de poder participar dessa outra discussão que você propôs, que não fosse aqui, fosse uma forma mais aprofundada sobre este conteúdo. Eu gostaria de, mesmo sem ser jornalista, trazer um pouco da minha visão. Acho que reflete um pouco da visão do cidadão comum, que não tem muito acesso e às vezes se incomoda com da forma com que a notícia é dada, mas achei o relatório muito bacana.

Eu vou falar....

(voz fora do microfone)

Eu queria fazer alguma observações, como presidente obviamente eu não preciso nem..., como eu mantive com a comissão um diálogo permanente, não vou fazer nenhum comentário sobre o relatório, a não ser cumprimentar os seus autores, agradecer muito a eles, porque não foi pouco o esforço que

vocês despenderam para fazer esse relatório, porque revela espírito público, é importante que a gente sublinhe esta questão, revele espírito público, e eu queria dizer que eu retardei propositadamente a reunião em que o relatório ia ser discutido. Retardei exatamente porque eu não quero, como o ministro Gilmar Mendes, eu acho que nós não devemos ficar permanentemente respondendo aos movimentos mercuriais da opinião pública. Isto aqui é um conselho....

(voz fora do microfone)

Dizia com certa razão. Então eu não quis que na verdade o relatório fosse, até porque eu era semanalmente assediado pelos repórteres para que eu manifestasse sobre relatório, eu quero até me desculpar pela maneira pouco, não diria civilizada, mas pouco serena com que eu reagi ao vazamento, fiquei muito irritado com o vazamento, porque eu considero o vazamento um desrespeito ao conselho, o conselho em primeiro lugar é que teria que se manifestar, mas concordo com Franklin que vinte pessoas manterem sigilo no Brasil, dois não mantêm, imagine vinte. De qualquer maneira eu gostaria que nós apresentássemos à imprensa um resumo das conclusões, e que nós fizéssemos agora um resumo das conclusões muito sintético e depois nós vamos votar se vamos entregar à imprensa um relatório integral ou não. Eu não pensei nisso ainda, acho que nós podemos colocar em votação. Também acho, mas eu não quero me adiantar e propor ao conselho, acho que é justo que se faça isto. Vamos passar então à questão das moções?

Mas isso a gente vai voltar depois. Depois a gente vai votar o que entra e o que não entra. Eu acho melhor nesse caso, se nós.....fazer...é..... Pode. Eu na verdade tinha reservado o final para que a Helena e você falasse. Se quiser falar agora pode.

(voz fora do microfone)

Não, nós vamos discutir depois qual parte do relatório nós vamos divulgar. No final, depois, não, no final antes da votação. Não vou cassar a palavra de você. Antes da votação.

(voz fora do microfone)

Ana Luiza. As moções.

Ana Luiza

Em primeiro lugar vive eu como estou chegando hoje, gostaria de...

(voz fora do microfone)

Ana Luiza

Eu tenho na verdade dúvidas...

(voz fora do microfone)

Ana Luiza

Eu tenho dúvidas ali. Gostaria de fazer uma pergunta a respeito do ombudsman da TV Brasil. Se já está estruturado, se já está nomeado?

(voz fora do microfone)

Tereza Cruvinel

A lei 11652 conselheira, quero aproveitar para lhe dar as boas vindas, acho que será uma grande aquisição para o conselho, eu conheço o seu trabalho no Senado. A lei 11652 ela não prevê a figura exatamente com a nomenclatura ombudsman. Ela prevê uma ouvidoria. Essa ouvidoria, esse artigo da nossa lei prevê inclusive que ele tenha a ouvidoria, tenha espaço nos canais da EBC. Nesse sentido nós construímos uma norma, porque não basta um ouvidor para uma empresa com o tamanho da nossa, que tem além da TV Brasil, oito emissoras de rádio, uma agência de notícias, etc. aí nós aprovamos uma norma e precisamos construir o modelo funcional da ouvidoria. Como é que é, o mesmo ouvidor para televisão, para a agência de notícias e para as rádios e tal, e chegamos a um formato que nós vamos ter um ouvidor-geral e ouvidores adjuntos para os três tipos de veículos: ouvidor de rádio, ouvidor de agência e o ouvidor da Televisão Brasil. Depois o conselho de administração já aprovou esta norma de funcionamento, porque ela prevê também dar estrutura para funcionamento e nós estávamos esperando a definição na grade da televisão para esta manifestação do ouvidor, um programa de quinze minutos, o diretor Leopoldo Nunes, agora já chegou a um local, um espaço, porque estávamos mudando a programação, então era, estávamos ajustando também para isso em função das mudanças e vamos em breve anunciar o nome do ouvidor geral e de seus adjuntos e começar a implantar. Nesse momento, temos uma estrutura já funcionando que tem coletado muitas manifestações , por isso eu até queria dizer, eu não sei se esse funcionário do, ali da moção número um, mas aí eu já estou atropelando o carro né, o ouvidor, a ouvidoria tem feito isto. Ela está coletando muitas manifestações da sociedade. O que nós não estamos podendo fazer é garantir a expressão do ouvidor nos canais da EBC, mas está a caminho, e já que eu falei eu quero cumprimentar a comissão porque depois vai discutir moção sobre este relatório em si, quero cumprimentar a comissão, dizer que em meu mestrado em jornalismo, em comunicação, havia uma disciplina chamada análise de conteúdo, na qual os senhores tirariam nota excelente. Agora eu tenho, eu tenho o registro da demora, o desgaste, é a demora tem as suas razões, acho que o presidente

Beluzo apresentou aí, não queria agir pautado pela imprensa, como diz um outro personagem, por outro lado nossa posição delongou-se demais com esse assunto na própria mídia que, ela sim, a mídia privada quer sim, funcionar como ombudsman da TV Brasil, conselheira. Então enquanto o assunto ficou no ar, ficou sem solução, a gente ficou sofrendo um desgaste permanente. Iria explicar que o organograma, não há termos de comparação entre o organograma da EBC e de uma televisão isolada.

Depois você faz essas considerações porque ela fez uma pergunta e você respondeu. Agora vou devolver a palavra a ela e depois você termina, você faz as considerações no final.

Tereza Cruvinel

Não, o senhor não deu, o senhor não permitiu a expressão da diretoria executiva sobre relatório em si, o senhor vai permitir sobre a moção. Não, tudo bem,a gente vai discutir as moções.

Não, você vai falar sobre o relatório, Tereza, você vai falar sobre o relatório, eu te disse ontem pelo telefone que seria assim e vai ser assim. Fale.

Não, a minha pergunta é porque eu fico refletindo sobre essa primeira moção, se até que ponto este funcionário, com essas atribuições que o Dr. José Paulo falou, não ficaria melhor, vamos dizer assim, lotado nessa estrutura aí de ouvidoria e coisa do gênero, não seria uma pessoa que ao mesmo tempo assistiria os programas, faria um relatório, denunciaria alguma coisa vamos dizer assim, em desequilíbrio, ao conselho.

(vozes fora do microfone)

Certo, seria só com relação ao conselho curador.

(vozes fora do microfone)

Seria uma pessoa então só para o conselho curador.

(vozes fora do microfone)

Bom, então eu encaminho meu voto favorável à primeira moção, e com relação à segunda, eu tenho muitas dúvidas doutores doutor José Paulo. Está bom, então a primeira é favorável.

(vozes fora do microfone)

Eu tenho assim, a primeira questão que eu sei que no direito brasileiro há muitos casos de presunção, de presunção, não é. Acho que, por exemplo, quando no relatório a comissão diz, qualquer que seja, nem que presentemente ou em passado próximo tenham sido eles próprios bem como... o quê que é passado próximo? Acho que a gente tem que ter mais cuidado assim com as definições, não é, um passado próximo seria o que? No governo anterior, no mandato anterior deste governo? Eu acho que a gente tem que ter um pouco mais de cuidado com essas definições. Eu não entendi bem, eu gostaria de perguntar por que essa inclusão da direção de sindicatos, centrais sindicais, confederações de trabalhadores ou patronais. A pergunta é porque a inclusão dessas categorias, vamos dizer entre aspas, nesta presunção?

A idéia que presidiu, veja bem, vamos começar do começo. A idéia que presidiu, respondendo primeira a sua pergunta, a idéia é o seguinte: a notícia, as questões econômicas, o noticiário não é só limitado à questões de políticas, nem de partido político. As reações econômicas severas que se estabelecem, se estabelecem na sociedade real e essas relações vão para o noticiário. A presença de alguém que tenha compromissos prévios com empregadores e empregados, não parece, não pareceu à comissão ser algo positivo no sentido de garantir que a notícia seja isenta. Se o sujeito é diretor de uma central sindical e vem uma notícia onde a posição do jornal for fazer crítica, onde houver algo por parte dos empregados que mereça crítica, eu tenho dúvida se ele fará ou se ele não exercerá a circunstância ser dirigente sindical para impedir que essas críticas sejam feitas. Da mesma maneira, se você tiver que fazer acusação em relação à empresa e o sujeito for funcionário da FIESP ou diretor da FIESP, eu tenho dúvidas se ele não vai usar o fato de ser vinculado à FIESP para estabelecer algum tipo de limitação, então a idéia que a gente presidiu o primeiro estudo, a comissão no primeiro momento escolheu, optou entre dois modelos. O primeiro era apenas recomendar a TV Brasil que fizesse isto que o Martins sugeriu, que fizesse um código de conduta para submeter ao conselho, onde na visão, na visão da EBC tivessem excluídos todos aqueles do quais se pudesse pensar que a televisão não fosse isenta.

Essa era uma variável. A segunda foi já indicar aqueles. Agora um dirigente da CUT por exemplo, no primeiro momento em que, vamos dizer claramente, um diretor da CUT ou da FIESP, se a notícia do jornal parecer ao jornal que é uma notícia crítica à CUT, eu tenho dúvidas se ele dará e se for crítica a uma empresa, tenho dúvida se o diretor da FIESP que esteja aqui não vai usar o seu poder, então no papel é jornalista mesmo que não tinha vínculo com ninguém, que seja o mais possível independente. A idéia era essa, de que numa notícia de teor econômico, a circunstância de dirigente sindical, de empregador, de empregado é ruim porque contamina a notícia, impede, corre o risco de impedir que a notícia seja o isenta.

Se o senhor me permite, eu entendi assim, o quê que deu origem a essa proposição mas me parece assim, todos nós aqui temos um passado, então é difícil assim, por exemplo, uma pessoa que for presidente de sindicato, não poder mais trabalhar na TV, porque ele já foi em algum momento. Eu gostaria de fazer uma sugestão então, talvez a gente, não sei se existe essa, é um cacoete do legislativo, pedir vistas dessa segunda moção para a gente poder discutir ela, um pouco melhor assim, ou então que ela fosse transformada em uma proposição de código de ética, alguma coisa neste sentido. Eu acho que a gente precisa discutir mais. Porque a gente está tendo que voltar uma coisa que parece que está todo mundo um pouco ....talvez fosse uma vistas coletiva, vamos dizer assim, usando uma figura do legislativo.

(vozes fora do microfone)

Presidente

Está havendo uma coisa aqui que é o seguinte, as pessoas têm que respeitar a ordem em que vão falar. Desculpe eu ter de interromper. É o seguinte, está sendo feita uma proposta pela conselheira Ana Luiza de que peça vistas. Eu sou favorável a que se prossiga a discussão, mas que se suspenda a decisão para que a gente possa pensar melhor, que isto é uma coisa muito controvertida, nós não vamos resolver isso agora.

Questão de ordem. Questão de ordem. Tecnicamente, tecnicamente. Quando a comissão foi redigir, aí você sabe onde a caneta pára assim, e fica olhando o papel. Havia, quem escreve sabe que é isso, para onde é que ele vai, então dois caminhos para ir. O primeiro era o mais simples, que era fazer uma moção para dizer o seguinte, nós não queremos que seja dirigente de área de conteúdo, ninguém que possa levar o público a pensar que a TV pública não é

independente. Por favor EBC, prepare um regulamento sobre essa matéria e ofereça ao conselho na próxima vez. A tentação de redigir assim foi enorme, só não foi por aí, só para não dizer, tirou o corpo, estão tirando o corpo fora, estão tirando o corpo fora para deixar a batata quente, pronto, aí eu preferi me expor. Se for consensual que esse caminho seja o mais prudente, eu penso que falo por, nenhum de nós se sentirá constrangido de ir para essa, porque esteve muito perto de redigir. Eu só não redigi porque vão dizer depois que eu estou com medo de redigir. Vamos enfrentar a questão. Se está se vendo que não é tão consensual, a idéia de transferir a batata quente, mas aí teria que dizer o seguinte, na próxima reunião, eu pedi na segunda reunião dados para fazer uma proposta sobre a Voz do Brasil, não recebi ainda. Seis meses se passaram. Então desta vez, que desta vez seja, não fiz, disse que queria fazer com algumas informações, não pegar ninguém de surpresa viu ministro, avisar sempre antes para cada um pensar antes e pedir algumas informações. As que eu pude obter perante o congresso, já tenho. Há alguns dados que eu não tenho como obter. Pedi essa informação há seis meses, não chegou. O trabalho deve ser grande, não me incomodo não, mas se por ventura a gente chegar a conclusão de que melhor seria cada um discutir agora e no conjunto dos debate fazer uma comissão, não me incomodo mas desde que não passe da outra vez. Eu penso que estaríamos de acordo .

Dra. Ana.

Não, era essa a proposta, eu acho que, não sei, essa figura da vistas coletiva, acho que fica bem para todo mundo.

Não, na verdade nós vamos discutir e deixar a decisão para a próxima reunião, até se for possível acompanhado de sugestões como o Martins propôs, sugestões de um código de ética, talvez a gente possa....

Não identificado

Bom, quando eu li a primeira moção, entendi plenamente, porque eu acho que depois desse trabalho que a Tereza comentou que é uma disciplina da universidade, para nós conselheiros que não somos formados em jornalismo, fazer uma análise de conteúdo é difícil, então nessa hora a gente pensa, não temos uma assessoria, o conselho não tem alguém para nos ajudar. É muito trabalho, a nossa especialidade é outra, então eu acho que é totalmente cabível se pensar, bom, temos uma pessoa que acessório conselho quando a

gente tiver essa necessidade, quer dizer, que nós não precisemos nós mesmos fazer uma análise de conteúdo. Eu fiquei com algumas dúvidas, eu acho essa idéia muito boa.

(voz fora do microfone)

Eu vou sugerir que vocês não façam debate privado.

Sem debate, só comentário. Então eu acho que nesse momento que ocorreu nesse relatório, e que como pode ocorrer no futuro, o conselho pode precisar de uma pessoa. Eu acho que isso é um fato. Agora como é essa pessoa, é uma grande dúvida para mim, quer dizer, pode ser contratada? Eu acho que é uma idéia que eu... o José Paulo falou que é muito importante, quer dizer, teria que ser uma pessoa que fica fora da TV, não tem que se relacionar com ninguém da TV, é um funcionário do conselho, agora tem a questão que Dr. Martins falou do job description, quer dizer, o que essa pessoa vai fazer, vai trabalhar para gente mais o quê que ela vai fazer. Ela vai trabalhar em dedicação exclusiva, ou a gente vai contratar para quando a gente tiver.... vamos dizer, nós vamos ter um banco de, como é o processo seletivo, quem que eu escolho, como é que eu escolho essa pessoa? É difícil. Outro ponto, quer dizer, ou será que a gente deve ter uma pessoa factual? Quer dizer, nós temos esse relatório agora, esse trabalho para fazer, então nós definimos um perfil, um trabalho a ser feito por este profissional e ele é contratado para nos ajudar neste relatório. Aí surge um outro tema, a gente contrata o mesmo ou outro profissional, quer dizer, acho, senti falta sim, de definição do papel.Acho que é importante, eu acho que esta idéia é boa, porque sem uma assessoria é difícil a gente fazer um trabalho aprofundado. Quando eu cheguei aqui, eu falei, óbvio, se eu tivesse feito este trabalho que eles fizeram, eu também ia pensar que era um assessor, que era alguém com formação na área, que entenda de análise de conteúdo, que possa dedicar o seu tempo para isso, então talvez a gente pudesse, eu pensei aqui de contratar alguém, talvez por serviço, se houver do ponto de vista legal isto, quer dizer, precisamos de alguém para fazer uma análise de conteúdo dessa matéria, precisamos de uma pessoa até de outra especialidade, porque dependendo da temática que vier ao conselho. Então não pensaria em ter um funcionário indicado, aquele funcionário, mas alguém que a gente pudesse acionar, que o conselho tivesse a possibilidade, não sei de vista do ponto legal tem de acionar. Bom, nós precisamos agora de alguém para nos assessorar nisso e aí se define aquilo, se paga esta pessoa , não sei se do ponto de vista legal nos é possível ou não, mas eu acho que é uma boa idéia, mas que a gente precisa aprofundar na idéia. Com relação à segunda moção, eu acho que é muito importante a questão de não ter duplo emprego, acho que isso é fundamental. Não se pode servis a dois patrões, tem a questão de conflito de interesses, então eu acho que a proposta de que as

pessoas trabalhem em dedicação exclusiva é muito boa, concordo com o que a conselheira Ana falou. Precisamos definir o que é um passado próximo, são dois anos, é seis meses, quer dizer, passado próximo é difícil, acho que vamos ter, temos que fazer essa definição. Fiquei em dúvida com relação à questão do cônjuge ou companheiros, porque tem essa questão, como você mesmo falou, de filhos, de parentes, então me parece que aí, a pessoa que vai trabalhar aqui não sai diretamente de um local para cá no mesmo mês, é uma questão a se discutir, agora o cônjuge ou companheiro, acho que aí a gente cai mais na questão do código de ética, porque um profissional ético não vai estar dividindo a questão, ou agindo no seu trabalho, porque o marido, esposo ou namorado, porque também tem relações que a gente nem conhece, quer dizer, relações desconhecidas, então eu fiquei em dúvida se a gente devia envolver o cônjuge ou companheiro ou qualquer outro familiar, ao invés de pensar em um código de ética como o Dr. Martins propôs, me parece mais apropriado, e pensar naquele funcionário, quer dizer, qual é conduta daquele funcionário, quer dizer, qual é a conduta daquele funcionário, não com quem que ele é casado, ou foi casado, porque é muito complicado, eu acho que não é um critério, eu excluiria, minha sugestão seria excluir este critério do cônjuge, companheiro e partir para a proposta da gente ter o nosso código de ética.

Obrigado Lúcia. Não, a votação vai ser transferida, a votação vai ser transferida para a outra reunião e eu espero que ela seja discutida com calma.

Eu simpatizo com a primeira moção e não simpatizo com a segunda. A primeira corresponde a uma necessidade permanente, respondendo um pouco até à sua pergunta. Eu acho que uma das missões explícitas desse conselho é avaliar em nome da sociedade a qualidade do que está sendo veiculado, se ela é isenta, se ela corresponde à expectativa de uma TV pública, e isso tem que ser avaliação, exatamente de conteúdo da imagem e do texto que é produzido. Então, eu considero que é uma necessidade permanente. A forma de contratação, exatamente por ser permanente. Acho que deveria ser algo que assessorasse permanentemente e não apenas quando a sociedade faz uma queixa ou levanta alguma dúvida sobre a qualidade, então eu tenho a achar que é uma coisa permanente, de preferência articulado com a ouvidoria, porque a ouvidoria vai ter uma sensibilidade de estar recebendo permanentemente uma demanda da sociedade em relação ao que é veiculado, então essa conexão dá uma possibilidade de trabalhar de uma forma mais sistemática e acho que não perderia a isenção por ter essa articulação com a ouvidoria, ao contrário, a ouvidoria, em princípio é algo isento da executiva para devolver em nome da sociedade, críticas e observações e avaliações que muitas vezes, internamente a direção não é capaz de fazer.

Presidente, insistir na questão de ordem aqui. O que está em votação é a moção, não é o anterior. A moção é só da área de conteúdo da TV Brasil, não deverão participar pessoas, que por cargos e/ou relações, leve o público a admitir que o noticiário da emissora possa a não ser isento. A moção é somente essa. Ou temos de estar de acordo com isso ou não. Agora, se estivermos de acordo, aí tem o segundo tempo. Essas primeiras pinceladas que nós demos aqui parece suficiente ou é melhor pedir à própria televisão que faça um regulamento para a gente submeter, mas o que nós vamos, nós não votamos (ininteligível) da moção, nada disso. Isso é o... Teremos que decidir se estamos a favor dessa moção ou não.

José Paulo, o conselheiro José Paulo me permite, é o seguinte, você me permite, eu acho o seguinte: nós vamos comentar a moção e na próxima reunião nós vamos pedir que a própria Empresa Brasileira de Comunicações faça uma proposta, o projeto, tanto do código de ética, quanto da..... eu não me referi a essa aqui.

Mas Presidente, com todo respeito, as dúvidas de Ana Luiza não estão na moção, estão no relatório anterior. Estamos de acordo, a questão central, estamos de acordo com esta moção? Se estiver, se não estivermos a TV Brasil não precisa fazer nada. Agora, se tivermos....

Precisa sim.

(vozes fora do microfone)

A moção só tem uma parte.

Já disse o seguinte, que a ordem dos trabalhos vai, segue-se como eu vou descrever. As pessoas vão, um minutinho só ministro. Eu só quero estabelecer as regras. Nós já definimos aqui, a presidência definiu que na verdade hoje nós vamos aprovar ou não a moção, sendo que a segunda, a segunda que é muito mais complicada vai ser transformada numa proposta da diretoria da televisão, não é isso, entendi bem?

Com todo respeito

Não, você não está fazendo, quem está fazendo sou eu a proposta.

A moção, há um núcleo de valor. Não devem participar lá pessoas que possam levar o público a acreditar que não é independente. Sob este conceito, ou

estamos a favor ou estamos, não pode ter terceiro, não, não nos incomodamos...

(vozes sobrepostas)

Questão de ordem, Zé, eu acho que não é bem assim, nós temos que deixar com que essa questão seja discutida à partir de uma proposta, não é, eu acho que a idéia do Martins, é uma idéia que na verdade complementa a sua, ela não se choca com a sua, ela complementa a sua. Eu acho muito mais prudente, acho de cautela que nós possamos depois discutir o código de ética, e na discussão do código de ética, aí nós podemos pontuar essas questões, colocar as objeções. Você mesmo disse que vocês ficaram com a caneta na mão, prestes a escrever outra coisa, então já que vocês tiveram dúvidas como eu também tenho, eu acho....

Não é bom para a televisão, que pessoas que o público acha que são comprometidas...

Pois é, mas isso é que, Zé, mas é exatamente isso, minutinho, péra aí, em relação à primeira moção, eu acho que não há dúvida nenhuma, não é? Em relação à primeira moção, alguma dúvida de que nós precisamos de alguém que funcione como interlocutor do conselho? Acho que não.

E como suporte do conselho.

Como suporte do conselho, exatamente.

Você vai falar, você vai falar, você vai falar, eu só estou porque está confusão danada, eu só estou encaminhando debate, se vocês me permitem.

(voz fora do microfone)

Então, uma moção, pelo que eu pude perceber, uma moção já está aprovada, é a primeira, número um. Claro que você vai falar, eu estou dizendo que todos os outros, eu não estou te cassando a palavra. Estou dizendo que a primeira moção, pelos que já falaram, foi considerada uma tendência que ela seja aprovada. Você não vai ficar impedida de falar sobre a primeira nem sobre a segunda. Eu não tenho vocação para censor, já disse muitas vezes. É o seguinte, no caso da segunda, eu quero encaminhar a discussão da segunda moção. Eu quero encaminhar a votação da segunda moção. O quê que é o encaminhamento da segunda moção: é que nós não devemos decidir sobre ela agora, devemos deixar para a próxima reunião nós discutiremos uma proposta da Diretoria Executiva da Televisão à respeito deste código de ética, uma proposta feita por vocês. Eu estou fazendo, ninguém fez, eu estou fazendo. Na verdade o que decorre da sugestão da Ana.

Franklin Martins

Eu gostaria do seguinte: que a gente discutisse o tema e ao final a gente discute se vai votar a moção, se não vai, porque aí com todo...

Isso eu vou decidir como é que faz. Eu não estou impedindo de você falar sobre as duas moções. Pode falar.

Sou eu agora Sr. Presidente. Eu fui atropelado por uma questão de ordem. EU estava me referindo á primeira. A primeira eu simpatizo, eu acho que a gente tem que organizar isso, porque isso é uma função permanente. Se nós tivermos uma assessoria qualificada que nos dê uma acompanhamento, a gente já tira da possibilidade de alguma surpresa e o conselho fica eficiente nesta dimensão. A segunda eu não simpatizo, porque eu tenho a impressão que tem um erro conceitual que mistura neutralidade e isenção. A busca da neutralidade não existe, porque vai chegar a um ponto que diz o seguinte: não pode ter religião, porque se vier alguma notícia sobre os evangélicos, quem é evangélico vai defender e quem não é evangélico é contra. Não pode ter cor nenhuma, porque vai se identificar com os favelados na hora que os favelados tiverem, e se for uma notícia de classe média, vai ter tal postura. Você vai chagar a um ponto de busca da perfeição absoluta da neutralidade e da tentativa que o público pode interpretar de parcialidade. Isso só é resolvido de uma maneira: a isenção é uma postura, tem que ser regido por um código de ética. Não é um princípio necessariamente. Muitas vezes, a crítica maior é de uma pessoa que conhece a fundo, porque é parte daquela coletividade, por exemplo. Então, você não pode abrir mão dessa colaboração por algum motivo. O serviço público já tem um certo código de ética que limita até o segundo grau, não é isso? Tem já um código de ética inicial, uma definição de limites de parentesco, etc. e tal. O que eu acho que a gente deveria atender, e eu acabei de saber que a Radiobrás tinha, é uma espécie assim de manual de redação, código de jornalismo, que se as empresas privadas precisam, imagine se uma empresa pública não precisa de algo semelhante ao que você manifestou. Evidente, que trabalhando com comunicação, eu vejo que a Folha tem, O Estadão tem. O que é isenção para eles, para aquela empresa, naquele universo, eles definem bem. Às vezes transgridem. Eu estava me queixando com o Franklin, que o pior momento para mim, é quando eu vou ler uma notícia que eu dei uma declaração, e tem lá, admitiu que, eu não admiti, eu levantei uma questão. Admiti, já coloca uma moldura em torno da sua fala, onde você já é culpado com sua concordância da culpa, porque admitir é assumir algo que não deveria ter acontecido, senão a palavra não era admitir. Eu vim a saber que no código, no manual de redação é proibido usar isso, mas usam com uma facilidade que eu fico impressionado, como cercam as pessoas que estão dando entrevista com este mecanismo. No caso nosso, deve ser um código de ética, para valer, para ser cumprido, para que de fato a gente ajude a construir com este mecanismo uma instituição respeitável no âmbito público e tem o padrão de definição do que é um comportamento louvável e necessário tem diferenças com área privada. Então eu tendo a achar que a matriz para se

discutir isso não é a possibilidade de indução por algum motivo subjetivo, mas sim um código que produza um conceito de isenção no âmbito do jornalismo e da produção de conteúdo em geral.

Franklin Martins.

Bom pessoal, no primeiro ponto, rapidamente eu sou a favor da moção. Eu acho que nesta questão da moção aí, devia se procurar fazer também canalizar o trabalho da ouvidoria. Eu acho que devia canalizar o trabalho da ouvidoria independente de se ter uma pessoa porque a ouvidoria vai trazer coisas que muitas vezes não se percebeu, são críticas do público e é importante. Eu, sinceramente acho que a EBC pode contratar ou designar um funcionário que seja recrutado pelo próprio Conselho dentro dos funcionários da EBC e vai responder ao Conselho e não à EBC. Eu não vejo nenhum maior problema nisso, acho que é uma questão boa. Na segunda questão, eu queria dizer o seguinte: eu não tenho a menor dúvida sobre a boa impressão da proposta, a boa intenção da moção, isso eu não tenho a menor dúvida. O objetivo no fundamental é defender a TV pública de suspeição, de criticas, eu não tenho a dúvida. Eu, entretanto acho que a forma não defende. Por quê? Porque é o seguinte, ela trabalha justamente com a idéia de que nós temos de defender da suspeição da opinião pública. Ora, a suspeição da opinião pública é algo ilimitado. Você sempre pode puxar, citar alguns exemplos, a gente pode dizer, na área cultural, e se o sujeito tiver trabalhão numa editora ou se tiver trabalhado num outro canto, ou na área internacional, se ele já, se teve uma bolsa nos Estados Unidos, você vê como é, é impossível você..... a minha experiência de discussão de ética, eu vou dizer o seguinte, 90% do jornalismo é discussão de ética, é se você está indo aos fatos, está sendo isento, está sendo equilibrado, está se deixando emprenhar ou não está se deixando emprenhar, é isso, entende. Quer dizer, a discussão de jornalismo, eu sempre cliquei, acho que as faculdades vem ensinando aos jornalistas ética, é basicamente. Se ensinou ética, o resto o cara na vida real, ele vai se desembrulhando. Agora é uma questão extremamente complicado, porque não existe um manual, que é tudo resolvido. Eu sempre, até está num livro lá, eu escrevi o problema da ética é que não é o preto e o branco, é o cinza, as questões na ética é o cinza. Ninguém vai chegar e dizer assim: quer cem paus para fazer uma matéria a meu favor? Ninguém chega para um jornalista e fala isso, o cara disse assim: escuta, eu estou levando uma série e amigos jornalista à Paris fazer uma coisa, pensei em você. Não está sendo comprado, ele está sendo convidado, entende. É o tipo de front, de situações de ética o tempo todo e elas estão sempre complicadas, porque as vezes que eu recuso, eu estou sendo agressivo em relação a um cara que só foi gentil comigo. Uma vez um deputado me deu uma garrafa de vinho de R$300,00. Eu sempre tive o seguinte critério, eu não aceito presente que eu não dou para um amigo. Se eu dou para um amigo, eu posso aceitar. No caso, olhei esse R$300,00, dependendo do amigo e das circunstâncias, talvez desse. Aí fiquei na dúvida.

Não quis ser descortês com o cara. Aceitei, dois dias depois mandei uma entregar uma garrafa de vinho de outro país de R$300,00 para ele, pronto, foi assim que eu me desembrulhei da situação, mas vê como é complexo, vê como é complexo. Então, eu acho o seguinte, não pode ser um discussão simplificadora, tem de ser uma discussão, ao meu ver, mais sistemática, etc. Então eu acho que nós devíamos partir para uma discussão de alguma coisa que seja um código de conduta, um código de ética. Devemos pegar o material que existe. Os jornais têm. Seguramente, a BBC deve ter um tremendo código de ética, a CNN deve ter. Eu acho que a gente pode pegar as questões deles, e eu acho que nós não encontraremos algumas vedações que estão aqui. A Globo tem. Eu vou dizer o seguinte, as vedações que estão aqui, as empresas não têm. Não tem, Não tem. Então é o seguinte, nós temos que ver como é de um modo geral as empresas resolvem isso, eu acho que é o correto. Não é estabelecendo um rol de vedações, porque são infinitas as vedações e não resolvem o problema. É estabelecendo uma coisa seguinte: sempre que houver um potencial conflito de interesses, o funcionário deve identificá-lo para sua chefia, porque ás vezes isso varia. É o seguinte, vou fazer uma matéria que tem a ver com o meu avô, pode não ter nada de dinheiro, eu apenas gosto muito do meu avô, eu acho justo etc. e tal, e mando fazer uma matéria no Sarah. Eu fui tratado pelo Sarah recentemente, sou gratíssimo ao Sarah, eu devo dizer, olha eu me sinto com conflito de interesse, no fundo é a identificação do conflito de interesse, potencial conflito, avisa-se a chefia. É assim que funciona de modo geral. Isto é nos manuais de todas as redações. Quem foi além disso, em geral se deu mal. O Globo, por exemplo estabelecia:não pode trabalhar na redação marido e mulher, pai e filho, etc. Teve de voltar atrás, porque a vida era mais complexa. Você tem grandes profissionais que eram filho de alguém, hoje em dia está cheio de filho e de pai, e sem nenhum demérito, ninguém entrou pela janela, são bons profissionais, marido e mulher, até porque jornalista casa muito com jornalista e cria um certo problema, quer dizer, e aqui é seguinte, se for do governo não pode, e se for de oposição pode? Repara como é complicado. Bom, então, eu queria dizer o seguinte, além do que, eu acho que no caso de empresa pública, em, alguns lugares isso é inconstitucional. Isso, quem entrar na justiça derruba. Então o que eu estou querendo dizer é o seguinte, é um problema mais complexo, por isso José Paulo é que eu não quero (ininteligível). Se eu tiver que votar a moção, eu entendendo a boa intenção dela, etc. e tal, eu terei de votar contra por uma razão, porque ela levanta uma coisa, como se aquilo resolvesse o problema da suspeição potencial. E não resolve, e para mim tem um agravante, um agravante que é o seguinte: é o negócio de cônjuge ou companheiro. Isso é uma coisa que eu não convivo com isso, porque é o seguinte, que culpa tem a mulher do cargo que ocupa o marido, ou que culpa tem o marido do cargo que ocupa a mulher. Eu falo isso com uma certa indignação, porque eu já fui vítima disso, ou melhor, minha mulher já foi vítima disso. Como eu ser nomeado para alguma coisa mais em cima no Globo,

alguém olhou e disse assim, olha aqui a mulher dele trabalha no PSDB, ela trabalhava na consultoria técnica do PSDB, aí veio uma coisa, que eu tinha, minha mulher tinha que ser demitida. Quem vai se demitir? Eu vou pedir a minha mulher para ser demitida no emprego? Eu não. Eu me demito, eu me demito. Acabou, que se demitiu eu, se demitiu ela, não adiantou nada. Você acha que no casamento as pessoas não são afetadas por isso? Então é o seguinte, e no caso concreto dando o nome aos bois. Isto não é neutro. Nós tivemos uma suspeição lançada dentro deste processo do jornalista Luiz Lobo. A comissão não chegou a nada que comprovasse nenhum tipo de interferência. Se ela, de certa forma bota isso mesmo com boa intenção, fica uma suspeita sobre a pessoa que ele acusou. Injusto, é injusto. Eu não botaria a cabeça no travesseiro e dormiria depois disso. É injusto. Nós não estamos justos. Então eu acho o seguinte, a intenção é boa, nós precisamos trabalhar, precisamos tentar sistematizar o que existe do ponto de vista de tratamento de ética, de norma de conduta. É complexo, nós vamos aprender que, isso aí é muito bom, vamos achar que é maravilhoso, e um ano, dois depois tem que melhorar etc., mas é o seguinte, Noé temos que ir numa certa calma porque a vida é mais complexa, e cheia de problemas, e nós não podemos ser injustos.

Ministro, sobre as moções não vai falar?

Com relação à moção, a primeira, eu acho, eu estou de acordo e aliás, queria lembrar, viu Beluzo, a própria CVM obriga os conselhos de administração das empresas a ter o secretário, você sabe disso. O secretário. Hoje o conselho de administração de qualquer S.A. dentro da bolsa de valores, a CVM obriga você a ter um secretário, que é o cara que canaliza todas as informações, rastreia tudo antes, porque tu dá o balanço para o conselho de gestão analisar na manhã e de tarde vai ser a reunião, não dá, então por fazer este rastreamento de todas as informações e entregar antecipadamente ao conselho de administração, então eu acho que esta primeira moção é perfeitamente aceitável dentro do critério, podia até se ver no regulamento da CVM, qual a função exata que tem o secretário do conselho de administração e trazer alguma coisa parecida para este corregedor que nós estamos falando aqui. Com relação à segunda moção, eu estou de acordo com que o Franklin falou, eu acho que nós temos que buscar códigos de ética de empresas, similares à nossa, não adianta buscar o código de uma GM ou de uma Marcopolo. Pode ser como elemento indicador, mas acho que nós temos que pegar da CNN, tem que pegar da CBC, tem que pegar da Globo. A Globo, sem dúvida nenhuma tem um código de ética. Verificar como eles funcionam para não criar o exagero. Código de ética exagerado, acontece como aconteceu em algumas empresas, que você acaba engessando ela e acaba mantendo um bando de incompetente lá dentro, entendeu, porque o fulano é parente de beltrano, principalmente em cidades como a nossa, como Caxias. Hoje a nossa cidade lá tem 400.000 habitantes, nós temos 14.000 empregados. É evidente que se cruza. O cara vai lá trabalhar, encontrou uma meninazinha e casa, tem avô,

tem filho, tem neto, todo mundo trabalhando lá dentro. O que a gente cuida na ética, é que ninguém tire benefícios disso aí, o que é muito diferente do grau de parentesco. Então, é preciso de que no código de ética nós possamos definir claramente aquilo que nós queiramos , aquilo que nós achamos que não cria conflito, que não crie estresse e que não crie vamos dizer, constrangimento para nós. Então as empresas hoje, da parte de comunicação, tem empresas que tem bons códigos de ética , eu acho que nós deveríamos pesquisar isso e procurar não copiar, fazer uma adaptação, porque o Brasil não é igual aos Estados Unidos, a EBC não é igual à Globo. Se nós não criarmos uma personalidade diferente, nós vamos ser a mesmice que eu já vi em alguns relatórios. Isso aí nós não queremos. Nós temos que ter uma personalidade própria, em que cada um de nós tenhamos a cabeça erguida, para saber que nós não estamos tirando benefício da empresa em benefício nosso e dos nosso descendentes e amigos, etc. É isso.

Bom, as duas moções, eu acho que são muito boas, são muito pertinentes, porém a primeira eu acho que está mais definida do que a segunda. A segunda também é muito importante, acho que (ininteligível) de um pouco mais de definição, mas acho que as duas são bem importantes.

Muito bem, eu vou agora passar a palavra à presidente da diretoria, depois à Helena, para que elas façam as suas considerações antes da votação. Eu imagino, para gente não ser muito formal, que o relatório situadas as moções está aprovado. O relatório está aprovado. A primeira moção também está aprovada. Basta, nós temos que operacionalizá-la e a segunda, na verdade a minha proposta é de que nós na próxima reunião, possamos então discutir. Eu vou falar um pouquinho depois no final, sobre o que, esta questão da ética, um pouquinho, porque, e sobre os códigos de ética das redações, mas antes eu vou passar a palavra à Tereza e à Helena.

Teresa Cruvinel

Obrigada presidente. Cumprimento a comissão pelo relatório. Achei realmente muito bem feito muito equilibrado. Eu rapidamente, queria só lembrar para esclarecimento e compreensão dos conselheiros, sobre a natureza da EBC, que não se pode comparar organograma do jornalismo de uma emissora privada isolada, com o nosso. Nós somos uma empresa com vários tipos de canais, que opera não só a Televisão Brasil e seguimos um modelo que dizem ser matricial. Confesso que eu nem gosto dele, eu preferia que tivesse assim, TV Brasil aqui com a sua diretoria, seu diretor de jornalismo, de rádio, disso e

daquilo, rádio ali separado. Nosso modelo é matricial, ou seja, a diretoria de jornalismo, aquele organograma conselheiro José Paulo que está ali, que é a diretoria de jornalismo, que a Helena dirige, não é só da Televisão Brasil. Dalí emanam cargos, aquilo também não é conseqüência como o senhor disse de empreguismo, de cargos herdados. Não tem nada a ver com isso. É porque aquela diretoria de jornalismo..

Cargos herdados eu disse, empreguismo não disse.

Alguma coisa assim, o senhor disse, mas o sentido foi o mesmo, de que ao herdar duas estruturas, tinha muito cargo. Não, aqueles cargos, aquele organograma ali foi a nossa diretora que organizou para atender às nossas necessidades, ou seja, tem jornalismo da Agência Brasil de Notícias, tem jornalismo de oito emissoras de rádio e tem o jornalismo da TV Brasil, por isso ele é um organograma muito mais complexo. Quero só fazer essa observação. Ali não é só de televisão. Sobre a moção número um, hoje também queria lembrar para conhecimento dos conselheiros, a EBC não tem a menor condição de contratar ninguém. Está ali o diretor administrativo Delcimar Pires, para confirmar, nenhum profissional para fazer nenhuma atividade nossa, a não ser quando tiver um novo concurso público, para os senhores verem como é difícil a gestão de uma TV pública numa empresa pública. Nós não podemos contratar um profissional, seja jornalista, ali da diretoria da Helena, seja do Garcez, de serviços, seja para a diretoria de programação e conteúdo, um cenarista ou um cameraman, não podemos nada, nós estamos congelados. Agora, eu acho que o conselho precisa ter uma assessoria sim, eu acho que o diretor, se o conselho e os senhores, o autor da proposta, os autores, que é a corregedoria de três membros propôs que não seja do quadro da EBC, eu acho procedente que não seja do quadro da EBC e acho que o diretor Delcimar Pires pode dar uma solução e sugiro que o conselho reivindique a criação deste cargo ao DEST. Tudo que a gente quer senhores conselheiros, a gente tem que pedir ao DEST, departamento de empresas estatais, que faz muitas considerações, demora muito a responder, mas eu acho que o DEST pode criar um cargo: assessor do conselho curador. Depois o Diretor Delcimar Pires pode me responder se isto é viável, porque ali a EBC não pode contratar ninguém. Todo mundo está neste momento enfrentando imensas dificuldades. Sobre a segunda moção, eu acho que ela também é bem intencionada, mas acho que misturá-la hoje, aprová-la ou deixar para depois, como sugere o presidente do conselho, é criar uma obnubilação, uma ofuscação, importante, em relação às conclusões do relatório e isso, aprovar esta moção ou deixar para discuti-la é também incorrer numa coisa que chamaríamos a desproporção, uma espécie de desproporção entre o que foi apurado e o que foi constatado. Todo o processo administrativo sugere que deva haver proporcionalidade, que toda penalidade deva ser proporcional à irregularidade

apontada e comprovada. Ora, se o relatório não apontou irregularidade, pelo contrário, ele absorveu o Repórter Brasil das acusações que sofreu, telejornal, não está havendo então proporcionalidade entre irregularidade apontada e a restrição sugerida. Sugere-se uma restrição quando há uma irregularidade apurada. Eu acho assim, que nem aprová-la sabe conselheiro, acho que, uma moção desta anula para nós, todo o efeito positivo das conclusões finais em relação ao Telejornal Repórter Brasil. Acho também que ela tem irregularidades. Ela viola ,por exemplo, o direito fundamental expresso no artigo 5º. Da Constituição Federal: é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Ou outras redações existem, mas estabelecidas em lei. Esta aqui não tem nenhuma lei que está sustentando esta vedação. Agora, entendo a preocupação e o sentido geral da moção, por isso acho que o quê muitos conselheiros expressaram de alguma forma, foi a cobrança por um código geral de conduta da EBC e um manual de jornalismo. Usaram as duas expressões. O da Radiobrás existe mesmo ministro Juca, mas a Radiobrás já foi incorporada, teoricamente está em vigor, mas a gente precisa ter os nossos códigos, os nossos marcos éticos.

Eu sugeri só como ponto de partida para a reflexão.

Não, ele é bom inclusive, ele está até.... pela normatização pelo conselho de administração, todas as regras da Radiobrás estão em vigor, até que coloquemos outra no lugar, então ele está em vigor. Então, eu acho conselheiros, que, assim, a gente evoluir para uma outra forma de preservação de transgressões que possam resultar nisso, naquilo que a moção menciona, como de forma a parecer que é aos olhos da opinião pública, acho que há coisas melhores assim, do que a moção pura e simplesmente, que eu vejo muitos problemas dela, sobretudo eu acho que ela não guarda relação com a conclusão geral do relatório, que é favorável ao telejornal. Bom, se não tem um problema, porque existe aqui uma, o que vai ser lido lá fora. Eu entendo a posição, a preocupação e a intenção dos conselheiros, mas a leitura que passa é a seguinte: Bom, se o jornal é verdadeiramente isento, equilibrado, é plural, não haveria aqui uma moção que tem um sentido punitivo. Por isso, eu acho assim, a primeira deve ser aprovada, a gente tem que buscar o caminho para realizá-la, não adianta aprovar a moção e depois a gente não cumprir, não realizar. Eu proponho este caminho aí, da criação deste cargo pelo DEST, Delcimar Pires depois você vai se manifestar e a segunda eu acho isso, acho que ela não precisava nem ser votada nem ser deixada para depois, a gente devia chegar a um terceiro caminho que era a construção desses documentos de marcos éticos para a EBC, para a TV Brasil, para o jornalismo. Não é só o

jornalismo, a área de conteúdo. Acho que o conselho precisa instituir presidente, aqueles grupos de acompanhamento de programação, aí eu sei que o assessor é importante, porque isso num Ca foi feito, porque as pessoas tem o que fazer. A programação infantil, a programação de entretenimento, a qualidade do filme do cinema, na área ali de programação, o conteúdo também é muitas coisas que precisam de parâmetros, no jornalismo idem, então acho que vejo muito mais produtivo a gente construir um grande marco legal e ético que abarque todos os conteúdos da TV pública. Está bem, obrigado.

Se eu entendi bem, o que foi proposto aqui, se eu entendi bem, é o que eu mesmo falei: eu propus aqui é que substituísse essa moção pela proposta de uma elaboração de um código de conduta, então a moção está substituída pela proposta, é isso, se eu entendi bem o que eu mesmo falei, porque às vezes eu não entendo o que eu falei, mas se eu entendi bem, é isso. Minha querida Helena, a palavra está com você, e depois disso, eu sugiro que nós permanecemos aqui, data vênia.

(voz fora do microfone)

Alterada, sim, sim, perfeito, perfeito, não, perfeito.

Antes de eu ouvir Helena, amizade de tanto tempo, é o seguinte: primeira emenda. Este trabalho só foi possível, porque a presidente Tereza Cruvinel compreendendo que a gente precisava ter em mãos, nos poupou de um trabalho louco. Mas depois deste trabalho, foram algumas noites que eu deixei de escrever para ler uma coisa insossa e desagradável, porque os senhores não sabe a grossura e desagradável, porque os senhores não sabem a grossura dos documentos que ela me deu, mas ela sabe, ela sabe quanto deu. Está furioso com ela. Se tivesse um assessor, esse assessor faria esta leitura e fazia os resultados. O senhor não sabe quantas horas eu perdi vendo uma porcaria de noticiário, um assunto que já se acabou, que não tem grandeza nenhuma, só para chegar ao negócio para saber se é dossiê, ou....que não precisa nem ser de fora. Só pode fazer isso. Neste momento, por exemplo, eu tenho já o primeiro pedido a ele.Quando eu estava no Ministério da Justiça, era como a gente fazia. O código de ética que nos interessa, não é nenhum desses. EU quero saber como funciona a BBC de Londres, eu quero saber como é a PPB americana, as diversas PPBs, estaduais dos Estados Unidos, como é que funciona. Como é que funciona o Garante da Itália, eu não quero nenhuma daqui. Eu, claro, que eu não quero saber o código de ética da TV Globo para fazer o da TV Brasil. Sim, mas os que me interessam, é o seguinte, como é que funciona no primeiro mundo, porque essa é uma resposta objetiva, meu amigo, no mundo todo é assim. Se houver um padrão no mundo, eu vou defender que este padrão seja aqui, qualquer que seja ele. Se o mundo for dividido, a gente devia procurar do padrão, o mais parecido com o Brasil.

Agora, por exemplo, quem vai fazer este trabalho? Vou ser eu de noite, vou perder noites e noites, ou tem alguém que vai fazer este trabalho, esta pesquisa?

Franklin Martins

No caso, no caso deste trabalho específico, eu acho que nós poderemos encomendar isso a uma pessoa, que é o (ininteligível), que é um cara que estudou a TV pública no mundo todo... não pode?

Presidente, eu só quero a cópia, eu não preciso nem, na língua que vier, salvo japonês, que japonês não dá para ler, eu só quero a lei, eu não preciso.... me entregue a lei, não é possível.... não tem ninguém que consiga a lei? Eu tenho metade dessa, mas não tenho todas. A lei, onde é que estão as leis?

Conselheiro, eu posso fazer uma sugestão?

A Ana Luiza por exemplo.

Não, a Ana Luiza tem muito que fazer. Eu tenho uma sugestão. Eu não sei, eu estou chegando hoje, mas me parece que o conselho já tem um secretário, o Lauro. Eu não sei se o Lauro é funcionário da... eu não sei nada. Espera aí um pouquinho, mas eu vou mais além. Então o corregedor ou qualquer..

Não tem corregedor

Não, não, eu sei, mas o Lauro poderia ficar como secretário...

O presidente é a Ana Luíza, a Ana Luíza é perfeita para isso. O senhor não conhece a qualificação técnica.....

Ela é minha colega já do .....

Eu posso atestar isso.

Não me traia assim, não me entregue tão fácil.

Deixa eu te perguntar uma coisa se é viável? Eu fiz uma sugestão, criar um cargo de confiança para uma contratação, para o Delcimar responder se é viável, nosso diretor administrativo. Segundo, eu tenho uma... eu certa vez fiz o concurso lá para consultoria do Senado, nunca assumi, porque preferi ficar no jornalismo, até me decepcionar muito com ele, aí, mas conheço bem a consultoria, onde tem quadros muito qualificados na consultoria do Senado. A gente não pode requisitar ou fazer um convênio com o Senado? Ali tem quadros para, em todas as áreas, com uma excelente formação. Eu ia dar duas sugestões. Uma era essa, que o Senado tem um, que eles chamam convênio guarda chuva, que pode tudo, isso claro, não sou eu que vou te dizer como fazer, mas eu acho que a gente pode estudar, e a outra coisa é o seguinte,

porque não estagiários do curso de jornalismo? Pode contratar o estagiário, não pode?

Não.

Eu acredito que precise ter uma formação mais específica,,

Bem orientado não precisa, Tereza, a gente estava vendo muito.....

Querem um assessor qualificado ou um estagiário? Aí tem que escolher, eu acho que vocês estão querendo um consultor. Um assessor que faça o trabalho sempre para o conselho e que esteja alimentando o conselho, é isto que eu estou entendendo. Isso já me tinha sido solicitado em outro momento. Eu tentei viabilizar, mas por outras razões, não pude.

Tem que ser um profissional muito qualificado. Não pode ser qualquer um, porque não é um problema, como está dizendo de levantar os textos na internet. É um problema de você conceber, você conceber, à partir daquilo, você conceber o código de conduta, que seja compatível, conversando com a gente, que seja compatível, alguém que tenha, que tenha o mínimo de condição de fazer esta discussão.

Não, eu estava pensando assim, se criar uma estrutura...

(voz fora do microfone)

Mas eu acho que pode ser um convênio ou co o Senado, com o Congresso ou com a UNB. Eu acho que é um caminho, com o Murilo.

Também pensei na requisição de um professor lá da nossa escola. Exatamente, com aquele projeto do Murilo Ramos lá. Acho que é ainda mais fácil Tereza.

Muito bem, então eu vou passar.....

(vozes fora do microfone)

É uma solução mais definitiva presidente Beluzo, criar o cargo de secretário do conselho curador, o senhor nos apresentava um ofício do conselho solicitando, né Delcimar, para a gente ter mais força junto ao DEST. Esta era uma solução mais definitiva, sabe professora, existia a figura do secretário do conselho.

Eu faço isto. Precisa ter porque na verdade nos economizaremos tempo e energia se a gente tivesse o secretário do conselho. Bom, vou passar a palavra à Helena.

Serei breve, porque acho que os senhores já estão cansados. Primeiro lugar, eu queria agradecer muito o trabalho desta comissão, trabalho cuidadoso, criterioso, vimos que vocês perderam um enorme tempo fazendo isso, mas eu

acho que foi a única forma de mostrar, e eu faço questão de repetir a conclusão de vocês com muito orgulho, que o Repórter Brasil , ele é tecnicamente correto e jornalisticamente isento. Ao longo de todo este tempo, a nossa principal resposta no meio de toda esta polêmica, foi essa, é o que a gente leva ao ar todos os dias. Então neste ponto nós estamos muito satisfeitos, eu queria apenas fazer algumas ponderações à respeito da moção dois. Eu acho que a situação já está definida, mas agregar algumas informações que pode ser que ajudem os senhores a refletir no intervalo entre esta reunião e a próxima, onde os senhores vão tratar de um código de ética. Nós do jornalismo somos inteiramente favoráveis à elaboração de um código de conduta, de um código de ética. O manual de redação da Radiobrás, está valendo para nós. Ele ainda é da Radiobrás, mas ele foi cuidadosamente examinado e lido, tem um ou dois itens apenas que não estão valendo e à partir dele, nós estamos tomando todas as nossas decisões lá dentro. Nós não estamos sem manual e sem rumo não. Nós estamos seguindo o manual direitinho , nós elaboramos um pequeno código de normas de procedimentos para essas eleições. Se tiver a oportunidade trarei para que os senhores examinem, então nós estamos tendo uma direção neste sentido sim, e é extremamente importante que seja feito este código de ética. Eu acho que não há nenhum jornalista que vá discordar disso aí por uma questão muito simples: nós jornalistas, nós vivemos da nossa credibilidade. A única coisa que nós temos na vida profissional é o nosso nome. No momento em que as pessoas já não acreditam mais no que nós escrevemos, no que nós dissemos, no que nós editamos, ou seja, no momento em que nós perdemos a nossa credibilidade como jornalistas sérios, acabou tudo, acabou nossa carreira. É melhor mudar de profissão, é melhor ir embora para casa. Então, talvez o conselho pudesse ter um esclarecimento de como funciona um pouco a cabeça dos jornalistas, o comportamento dos jornalistas profissionais. O Dr. José Paulo citou aí vários exemplos, várias questões de presunção, a presunção de que um sindicalista, ainda que jornalista não fosse dar uma notícia a respeito.... é um dirigente.

Dirigente sindical não é sindicalista. Religioso não é bispo.

Eu acho, que se a mulher....perdão conselheiro, perdão, mas eu acho que se a mulher do presidente da CUT, a mulher do presidente da GCT for jornalista, e for uma boa profissional, ela dará a notícia. No mínimo ela chegará para chefia e dirá, eu não quero editar pessoalmente isso, mas ela nada fará para impedir que a notícia saia. Se ela assim o fizer, ela não é uma boa profissional.

Helena, Helena, vocês estão entrando numa polêmica.

Eu gostaria de concluir. Eu posso, eu tenho direito á palavra para concluir?

Claro, na polêmica não.

Então eu gostaria de concluir.

Então conclua.

O que eu gostaria de aduzir também, é que neste caso específico, essa regra, essa moção dois, já tem nome, endereço, telefone, não é um só não, são vários, nós temos várias pessoas que ocupam cargos de chefia, que vieram da Radiobrás, enfim, nós temos n pessoas, não vou dizer o número, mas asseguro que é mais de um, e que são as pessoas, justamente as pessoas que nós fomos buscar no mercado de trabalho, pessoas que não estavam desempregadas, pessoas que não nos foram pedir empregos, foram pessoas que nós convidamos para trabalhar e que foram trabalhar conosco engajadas no nosso projeto de televisão pública. Pessoas de prestígio profissional irretocável que contribuem para fazer, quer dizer, essas pessoas são as pessoas que estão fazendo o Repórter Brasil, tecnicamente correto e jornalisticamente isento. O Repórter Brasil está sendo feito por estas pessoas. Então, eu imagino que no caso concreto, se este episódio em questão for terminar com a aprovação de uma moção retroativa que nos obrigue a afastar essas pessoas, u tenho a impressão que a gente vai estar um pouco naquela situação do juiz que julgou um réu, alvo de uma série de acusações, julgou que essas acusações são infundadas, não houve crime, o crime não foi cometido, mas para que o crime não seja cometido, eu vou trancafiar o réu, eu vou penalizá-lo. Então, por mais que se discuta a questão em tese, neste momento nós estamos tratando de um caso concreto e eu acho que vai se fazer uma injustiça com pessoas que estão construindo um telejornal que a própria comissão concluiu ser isento, enfim, ainda que....Aceito todas as observações à respeito de conteúdo, acho que nos temos que discutir, acho extremamente saudável que o conselho se interesse por isso. Acho muito bom, porque foi esse caso, com todo o sofrimento que ele gerou, eu acho que ele foi muito, muito, muito importante para a consolidação da televisão pública no Brasil. Eu acho que, pelo menos os senhores tiveram que assistir o Repórter Brasil, tiveram que examinar o nosso conteúdo e nós estamos inteiramente abertos à sugestões, e a discussão disso tudo aí. Só o que eu lembro neste momento, ah, ainda tem um outro aspecto que eu vi, eu não recebi o relatório, eu olhei ele assim, colateralmente, posso estar enganada, mas eu vi algo referente ao duplo emprego e aí a gente já entra num outro lado de critérios e requisitos que podem se tornar inexeqüíveis. Como é que eu vou chamar mais de 100, 200 pessoas e pedir a elas para deixarem seus outros empregos se eu não posso oferecer á elas um salário digno? Se o salário de concursado lá hoje em dia é de R$1.700,00? Como é que eu vou poder esta norma?

Você tem duzentas pessoas em cargo de direção?

Não, no texto que eu li, não havia direção, mas em cargo de direção você não tem problema de duplo emprego conselheiro. Quem ocupa cargo de direção, não tem duplo emprego, então a regra é desnecessária.

Estou falando de cargo de direção. Você vem com 200 pessoas, e nenhum deles tem cargo de direção.

No texto que eu li, o senhor me desculpe, no texto que eu li não tinha nenhuma referência a cargo de direção, eram pessoas que participem da área de conteúdo da empresa.

Eu queria, Helena, você terminou?

Não, eu concluí.

Ok. Eu vou excepcionalmente ir para um breve....

Uma sugestão..

Uma sugestão.

Desculpe presidente, é só fazer uma proposta para ver se há o interesse do conselho. Como eu conheço bem a norma, que é o quê é chamado manual de jornalismo que foi da Radiobrás e hoje é da EBC, eu indago se há interesse do conselho de conhecer esta norma, até porque ela tem, a gente podia distribuir imediatamente, porque ela hoje é que rege a nossa...

Claro, muita boa sugestão.

Poderíamos distribuir, é uma norma formal, ela está em vigor...

Vamos usar essa, está sugerindo aqui a presidente Tereza com muita procedência, que a gente vai usar essa até que nós possamos elaborar uma própria, um novo manual, ou manteremos essa, não sei.

Eu vou pedir que vocês ainda agüentem a mão aqui, perdão da expressão, que a imprensa quer entrar, para, como a gente é a favor da liberdade de imprensa, vamos deixar que eles entrem para nos fotografar.

(vozes fora do microfone)

REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR – 12-08-08 PARTE 2

Vou passar ao ponto quatro, que é discussão sobre o comparecimento dos conselheiros às reuniões. Quem quer tomar a palavra para falar desse (ininteligível).

A pauta aqui é relativa à ausência de conselheiros?

É.

Não tem um preceito de números de faltas?

Tem o preceito.

Comunica. Se não tem respeito pelo conselho...

Dois conselheiros, nós temos um problema, dois conselheiros pediram demissão.

A questão é o seguinte: nós fizemos um relatório sobre o comparecimento dos senhores conselheiros. Alguns que não vieram à nenhuma reunião. É lógico que a gente tem colocado como justificado, etc. e tal, mas não vieram à nenhuma. Dois conselheiros pediram afastamento.

Mas espera um pouquinho. Eles justificam ou não vem?

Às vezes justificam, a justificativa é aquela, não posso comparecer, tenho outros compromissos, etc. e tal. A realidade é o seguinte: alguns não compareceram à nenhuma. Nós temos o caso do....., nós tivemos quatro reuniões, esta é a 5ª, então a colocação que se faz é esta e diante disso, não podemos nós deixarmos de alertar, para que se tiver de tomar alguma medida...

Franklin Martins

Eu acho que os dois conselheiros que pediram demissão, eu acho que... quem são os dois conselheiros, eu não sei?

Fachin e o Vanderlei Guilherme.

Não é problema nenhum, se aceita e tal. Quanto aos outros que tiverem mais de três faltas seguidas, eu acho que devia se fazer uma comunicação e procurar entender, porque pode ser também que ele esteja com dificuldade, ou seja, o cara está com uma doença na família, está explicado, ou às vezes o cara diz, não está dando para mim, eu não posso viajar e aí nós vamos ter de fazer uma discussão aqui, que é sobre a substituição. Do ponto de vista legal, do ponto de vista legal, quem substitui é o Presidente da República, mas eu acho que nós podemos ver aqui, quer dizer, que este conselho aqui não parece, mas isto aqui é uma obra de engenharia, pessoas de diferentes regiões, diferentes extrações sociais, homens, mulheres, quer dizer, é uma coisa tudo para ter o quê? O mais representativo possível e o menos enviesado possível. Então, acho que a gente vai precisar fazer uma discussão, talvez oferecer nomes ao Presidente da República, um conjunto de nomes para que ele possa escolher.

(vozes fora do microfone)

(conversas paralelas)

Com relação aos que pediram o afastamento, é importante que se faça um comunicado para, no caso o presidente do conselho que é o senhor, ou o ministro, informando que eles pediram, para que o presidente possa....

(vozes fora do microfone)

(conversas paralelas)

Em relação aos que tem mais de três faltas, eu vou levar. Eu acho que seria de elegância básica, elementar, que eu telefonasse para eles para conversar. Perguntasse a eles qual a razão das faltas, porque acho que se a gente mandar uma comunicação fria, via –email. Eu telefono para aqueles que...

Então o Sr. tem o relatório aí?

Tenho.

São dois casos parece.

São dois casos, um deles até muito meu amigo. Eu tenho liberdade de falar com ele à qualquer hora. Não veio à nenhuma, mas ele falava, você me representa, entendeu, aquele negócio,você me representa. Eu falei, não, mas não é assim, mas isso eu falo com ele numa boa.

Com relação aos dois que pediram eu faço uma sugestão, uma minuta e encaminho para o Sr. Se for aprovado, preparo, o Sr. assina, encaminho para o Ministro.....

Então este caso está resolvido. Bom, esperamos a..... Martins.

(voz fora do microfone)

Martins, se você vier e passar meses nesta esplanada do ministério, ou ajeita ou explode.

(vozes fora do microfone)

Não, mas no caso da TV, seria bom até para a sua segurança, para a sua garantia, porque obviamente o que ele fez foi contestar aquilo que você estava atribuindo a ele, e ele escapou de uma maneira, eu não quero fazer considerações nem botar adjetivos, mas de uma maneira não muito conveniente, digamos assim.

Não, mas eu acho que ...

Vocês tinham falado que vocês vão contratar uma consultoria, então uma das funções que esta consultoria a meu ver fará, é isso.

E os cargos de confiança, quer dizer, qual é o mecanismo, o diretor escolhe, a diretoria avalia, esses cargos de direção, qual é a atribuição de cada gerente executivo, de cada gerente. É isso que (ininteligível). Eu acho importante. Isso que o ministro está falando, nós estamos contratando uma empresa que vai nos ajudar a formatar esta empresa, desenhá-la para que ela melhor atenda às finalidades da lei, que na verdade nós temos assim: nós herdamos a estrutura da Radiobrás, temos uma outra estrutura acoplada dela, que são os cargos de confiança da EBC e agora nós precisamos construir um organograma, um fluxograma, em suma, tudo uma gestão de processo bem adequado à nossa finalidade e nós estamos, pedimos, nós não temos uma inteligência dentro da empresa para construir este modelo de gestão. Nós estamos pedindo a ajuda do UNDG.

(voz fora do microfone)

A quem responde né.

(voz fora do microfone)

Tereza, você sabe que este fato não é comprovado. É uma maldade com os portugueses. Meu time é peninsular, mas não é desta península, é da outra península. Tereza, você quer falar sobre o ponto três. É a informação sobre o afastamento dos diretores.

Sim, até continuando no que levantava conselheiro, esta é uma empresa que nasceu num processo de emergência, de se construir a televisão à partir de uma medida provisória que virou lei, incorporando uma empresa velha que tinha outra finalidade, ela tem uma estrutura, um organograma muito inadequado ainda à suas funções, à suas finalidades. Umas das ausências é a definição de fluxos e do grau de autonomia de diretoria. Qual é o grau de autonomia de uma diretoria para definições? Eu tive verdadeiramente uma divergência com o diretor de rede relativamente a uma questão orçamentária. Uma divergência que se alongou, em suma, em cima da seguinte questão: propunha-se a transferência de um recurso de 40 milhões para a EBC para a execução de um programa do Ministério da Cultura, e na última reunião do conselho curador aqui, eu havia até dito naquela ENAP lá, ao ministro Juca. Isso tem um problema. Embora seja do nosso interesse, é um programa do Ministério da Cultura, que tem impacto, benefícios sobre a grade da TV Brasil, porque ele vai fomentar produtoras independentes que produzem conteúdo áudio-visual, documentários, peças audiovisuais em geral, etc. tem impacto orçamentário, porque a empresa, quando ela recebe de outro órgão que recebe dinheiro da união, aquilo da boca do caixa, ah, então você já recebeu tanto dali, vou cortar 40 daqui, isto num ano em nós temos que fazer um grande investimento em tecnologia. Em suma, uma divergência que se esgarçou, porque considerei que esta transferência era nociva ao interesse da empresa, do seu orçamento, das suas necessidades de investimento desse ano, embota

tivéssemos muita vontade de sermos parceiros do Minc, do Ministério da Cultura na execução deste programa, como de fato estamos sendo. Já temos um primeiro programa de uma televisão estadual sendo feito, em convênio tripartite, Ministério da Cultura, EBC e a televisão estadual, mas aquele mecanismo estressou e resultou num questionamento de hierarquia que tornava inviável a permanência daquele diretor e eu propus o afastamento dele ao conselho de administração. O diretor geral em seguida decidiu se afastar e fez uma série de críticas, embora claramente em divergência com a minha decisão, ele fez uma série de críticas da gestão, essas também decorrentes, como já mencionamos aqui, de uma empresa que está se implantando, uma empresa pública numa situação de imperfeição de suas estruturas, ele fez uma série de críticas procedentes, algumas, outras não, não concordo assim, mas no geral elas são decorrentes de um modelo ainda inadequado para a finalidade, muito mais de uma estrutura imperfeita, da ausência de mecanismos de gestão que garanta uma agilidade, por isso nós estamos contratando o INDG para nos ajudar a construir um processo de gestão mais adequado à nossas finalidades, então o que o diretor geral Orlando Sena dizia, era muito pertinente, mas não era uma decorrência ou de uma, das atitudes pessoais ou da incompetência de ninguém, até porque ele era o principal gestor da televisão da EBC. As atividades estavam ali muito concentradas. Então foi isso, o conselho de administração efetivou como eu propus a minha acumulação nestes dois papeis, porque quero primeiramente organizar a empresa, aperfeiçoar a sua gestão. Acho que neste momento acumular os dois papeis é mais procedente porque há uma ambigüidade parlamentarista naquela estrutura que é nociva e vamos ver o que propõe esse instituto, com muita experiência em gestão, em reforma de gestão, choque de gestão. Vamos ver se eles nos ajudam, realmente há problemas de gestão ali e eles estão na raiz dessas mudanças. Alguém mais tem alguma pergunta sobre este caso, embora ele seja afeto mais ao conselho de administração do que ao conselho curador? Ele divulgou um documento público, fazendo muitas críticas à gestão da empresa, que ela está amarrada, que ela é de conhecimento público, que ela não atende às necessidades da televisão, ele falou que havia concentrações de decisões na presidência e essa eu discordo, porque no estatuto e na prática a maioria das decisões, inclusive a ordenação de despesas estavam na diretoria geral. Só agora neste momento eu sou ordenadora de despesa da EBC, porque estou acumulando a diretoria geral, e disse não poder concordar com a demissão do Mário Borguinete que eu efetivamente propus. Propus porque não posso dirigir uma empresa quando o papel de presidente não tem eficácia, não representa uma função hierárquica para dentro da empresa. Se não é assim, não tem sentido ficar. Poderia ser também a ir embora, não tinha problema. Eu vim aqui para contribuir.

(voz fora do microfone)

Não, não, não, eu não, não, é diferente, é diferente, não. Eu tive divergente com o diretor de relacionamento de rede. Uma diretoria hipertrofiada, que concentrava muitas decisões, inclusive essa de determinar por exemplo, de mudança de (ininteligível) de orçamento, de recursos orçamentários, que é uma coisa complexa, é uma decisão estratégica de uma empresa. Este ano vou fazer o que com meus recursos? Minha prioridade é investir? Esse ano nós temos duas grandes prioridades: renovar a programação e investir na superação do gargalo tecnológico. Aquele programa do Ministério da Cultura efetivamente nos ajudaria a melhorar a programação, a demandar produtos da programação independente, mas a transferência para dentro do nosso orçamento inviabilizaria a reunião de 150 milhões de reais para fazer a nossa licitação, a grande licitação que vamos fazer para equipar a empresa, porque a União nos cortaria 40. Vocês sabem, é tudo da viúva. Se eu dei para a viúva, a viúva aqui deu para o senhor, deu para o senhor, são dois (ininteligível) e eu recebo do ministério, ela fala assim: aqueles 40 você já recebeu lá daquele ministério, porque também é meu. Essa é a lógica orçamentária da União. Se alguém recebe recurso da União através de outro que também recebeu da União, ela abate, ela compensa. Orlando Sena falou muito nisso nesse documento público dele que está divulgado, mas essa não é uma escolha minha. Isto é uma regra da União.

Tereza, eu queria aproveitar aqui o seguinte. Eu sou o presidente do conselho de administração. Tive que lidar com este episódio aí. Eu acho que há coisas que, particulares do episódio, avaliação frente a isso ou aquilo, mas eu acho que é uma questão mais de fundo, eu acho que no final das contas é responsabilidade minha, erro meu que conduzi este processo até o envio da medida provisória ao Congresso. À partir desse momento, eu me afastei, mas o quê que eu acho que foi o grande erro, é o seguinte: na verdade, a Tereza, que é a presidente, e que portanto é o vértice da hierarquia, foi a última pessoa a ser chamada para compor a diretoria da EBC, e qualquer um de nós que tem experiência, aí vale para serviço público ou serviço privado, sabe que quando o conjunto de diretores não deve a sua presença naquela função ali, àquela pessoa que está em cima, a autoridade dela é meio minada. Eu acho que este é um defeito congênito e aí a responsabilidade é minha, porque eu devia lá atrás chegar assim, vamos escolher, presidente, presidente Lula, acho que a pessoa adequada é a Tereza. Escolhi a Tereza e pronto, ela sai definindo os diretores para baixo. Aquela verticalidade que o Martins aí, não foi assim que foi feito, e tem as suas razões para não ter sido assim. Era um processo onde você confluía para a EBC um conjunto de setores, seja da sociedade, do governo, etc. que participaram deste processo de TV pública, de campo de comunicação pública, e era importante que fosse assim, mas na hora de dar a ajeitada final, tinha que ter escolhido primeiro o presidente e à partir dali o presidente escolhia o resto. Isto não foi feito. Isto é um vício de origem, quer dizer, e isto acarretou nisso. Podia se manifestar neste ou naquele episódio,

mas a meu ver, é inevitável. Eu queria registra que eu acho que os dois diretores que saíram, deram contribuições extremamente importantes. Primeiro, antes de se enviar a medida provisória para o Congresso, contribuíram, foram pessoas que jogaram um papel importante na formação deste campo público e deram contribuições importantes depois. Mas por um erro meu, no caso, eu assumo inteiramente, ficou um contencioso potencial que o tempo todo ficava tencionando, explodindo. Eu espero eu que este episódio sirva de reflexão para mundo, se encontrar mecanismos de acomodar. Eu acho que a situação dentro da EBC melhorou, não é porque saíram, é porque se definiu o princípio da autoridade. Então eu acho que a coisa básica no final das contas é esse vício de origem.

Deixa só acrescentar uma coisa. Eu também deixei de fazê-lo porque até me surpreendi porque não sabia que este assunto estava em pauta. Eu também não poderia deixar de registrar meu reconhecimento de são pessoas muito eficientes, são pessoas muito competentes, são pessoas que deram muitas contribuições, e em especial o Orlando, eu lamentei muito, porque ele é uma pessoa com uma grande folha de serviços prestados à construção do áudio visual no Brasil, do cinema brasileiro. Agora, acho que o ministro tocou numa questão chave, MS eu acho que ele também não tinha outro caminho naquele momento. Ele construiu a diretoria que eu recebi com as pessoas que construíram o fórum e todo o processo da discussão da TV pública. Agora, quero dizer que eu seria uma estelionatária política se eu fingir que dirijo uma empresa, porque eu fui ao congresso, eu fui à sociedade dizer e debater e me apresentar como dirigente. Aí agora, se depois as pessoas não, se a minha palavra entro da empresa não serve de nada, então eu estou praticando o estelionato político, estou fingindo a ser uma rainha da Inglaterra. Eu não me prestarei a este papel, porque eu não cometo estelionato político. Tenho outros defeitos. Então, isto também está na razão deste problema. Eu não posso ser uma figura decorativa, tendo feito, jogado o papel que eu joguei na época da aprovação da lei.

Eu queria dizer que eu pedi para que incluísse este assunto na pauta e é preciso distribuir a pauta com antecedência até para , eu pedi para incluir isso, porque eu acho que era importante o conselho tomar conhecimento disso. Eu tomei conhecimento através da presidente, quando o fato ocorreu, disse a ela que não era admissível que se rompesse de tal maneira a hierarquia, porque isso depois tem conseqüências desagradáveis. Então eu pedi que colocassem para que o conselho tomasse conhecimento do fato e se fosse o caso, se discutisse, mas acho que está mais do que explicado, não precisamos discutir.

Presidente, eu posso falar um pouquinho sobre isso?

Claro, faça o favor.

De alguma maneira, o Ministério da Cultura acabou envolvido neste processo. Eu queria explicar para ficar claro mais ou menos como a gente encarou. Primeiro, o seguinte. Depois daquele episódio entre o Jânio e o Fernando Henrique, todos devem ter cautela na cadeira. Nunca sente antes na cadeira. O meu problema é esse. Não são nádegas indevidas, mas tem que ser como disse o Jânio Quadros, mas de qualquer jeito, vamos embora. A idéia nasceu, é uma idéia antiga, é uma idéia que perpassa várias gerações, mas ela foi potencializada à partir de uma movimentação que uniu todo mundo que faz TV pública no Brasil. Todo mundo, de J. Cunha Lima, Jorge Cunha Lima que é um patrono dessa idéia, um batalhador, um produtor, uma pessoa referência, até as novíssimas gerações, independente de aonde tiveram experiência, se foi na Bahia, se foi em São Paulo, se foi em Minas, se uniram em torno da idéia de que, historicamente este novo ciclo de desenvolvimento deveria contar com um instrumento decisivo que seria a TV pública. Parte de uma idéia inclusive que foi materializada num editorial da Folha de São Paulo, de que a distribuição no Brasil, caminha mais lentamente do que a gente gostaria, Mas é o maior movimento de distribuição de renda no momento no mundo, ou seja, parece que o presidente Lula conseguiu associar a idéia de desenvolvimento com a distribuição de renda, mas não basta distribuir renda , porque se apenas distribuir que é essencial, você permite que as pessoas cresçam para os lados pelo acúmulo de proteína e carboidrato, ou seja o aumento de, tem que haver um aumento, a elevação cultural das pessoas, preparação para viver o século 21 e carga educacional também. E aí a TV pública passa a ser o instrumento decisivo. Quer dizer, se no século passado, na metade do século passado, quando fomos a China da época, não cuidamos da dimensão social e ambiental do desenvolvimento, é injustificável neste momento a gente não estender ao máximo. Então a idéia se propagou, foi o Ministério da Cultura que foi o indutor através do fórum das TVs públicas, reuniu o conjunto das TVs, incluindo as universitárias, e lá se firmou uma espécie de um pacto geral do caminho de construção. Vocês devem estar lembrados que um ministro até se manifestou no sentido de se constituir uma TV de governo e houve uma reação imensa, onde o ministro Gil se posicionou claramente, e coincidentemente estava chegando para a família de ministros o nosso Franklin Martins que deu, vamos dizer assim, o golpe final na idéia de repetir a esta experiência brasileira de que TV pública é TV para o governo fazer propaganda e acabou o presidente Lula marcando posição favorável, àquele processo que estava acontecendo. Então, apesar do Ministério da Cultura não ter administrativamente nenhuma relação com a TV, porque está localizada na SECOM, a estrutura da TV pública, está localizada em outra estrutura, mas politicamente, em termos de conceito, em termos de mobilização de toda experiência brasileira nesta área, que não é desprezível, apesar da gente até

poder dizer que é secundária em relação à TV comercial, mas isso foi uma indução clara, política, concreta e a cultura tem um certo direito de fazer isso, porque como nós temos uma interface com todas as políticas, contanto que gente respeite a divisão administrativa, a gente pode ser uma espécie de enzima, produtor desses processos, que acabam se dando à partir de uma movimentação do ministério. Nós nunca tivemos interesse na dinâmica interna da, porque seria uma desorganização do ministério, do pouco que o estado brasileiro tem de organizado, então sempre ficou claro que o diálogo era uma diálogo de cooperação, de parceria. A escolha das pessoas que foram para lá, três diretores, foram escolhas à partir do ministro Franklin Martins, que achou que era importante capitalizar aquela experiência e mais, eu até concordo, até não, concordo com visão dele que puxou para si a responsabilidade do acontecimento que a presidenta chegou e encontrou uma situação armada e houve um conflito de, eu acho de conceito também, não só de personalidade, conceito também. Há conceitos que se mexeram ali naquela âmbito e que evidentemente ao se chegar ao momento deste, a hierarquia acaba e é inevitável de se afirmando, ou então a gente encarou com tranqüilidade, apesar de ter uma compreensão de que aquilo que foi acumulado é importante como referência para a construção desta experiência brasileira que não vai sair de um tapa, de uma hora para a outra, tem uma construção necessária, que a TV pública não pode mimetizar a TV comercial. A TV pública tem uma finalidade social absolutamente diferente e a dinâmica de construção é diferente. A gente nem conhece o público alvo, para qual esta TV pública está direcionada porque toda tradição de pesquisa que alimenta a televisão, é a partir do consumidor, e a partir do cidadão, principalmente dessa nova maioria brasileira, que é constituída do que era a classe D e E, e que juntou à classe C e formou uma grande maioria brasileira que é que está precisando de um atendimento de formação,de informação, e evidentemente ao dar atendimento cultural e informacional para essa área, você vai irradiar para cima e para baixo na pirâmide social e vai permitir que ,não há pesquisa, não há informação sobre quais são as ausências na formação dessas pessoas, quais são as demandas, como vivem, o que desejam, os sonhos, nunca foi um segmento social que tenha despertado interesse de fato para os pesquisadores. A pesquisa era muito operacional no sentido de consumidores e matou, então a construção é um processo complexo. Eu acho natural as tensões, infelizmente não se conseguiu conviver, hoje chegamos a essa solução que foi a saída de duas pessoas, e o meu testemunho foram, do Ministério da Cultura, altamente meritório do Ministério da Cultura, toda a construção do áudio visual que nós tivemos lá foi baseado na liderança do Orlando Sena e quando entramos na área da televisão, Mário Borguinete foi fundamental para a gente, porque é uma pessoa que vem dessa área e áudio visual você pode ater formular, mas televisão e cinema são dois mundos muito diferentes, dinâmicas diferentes, etc. e tal. Bem, é isso, vamos para a frente, o ministério continua disposto à cooperar, com a experiência a gente evidentemente precisa ser mobilizado

para isso, mas eu acredito que a gente, é uma necessidade histórica do momento.Não dá para distribuir cultura e informação artesanalmente de um em um, em cada vila, em cada casa. Há uma necessidade de que a televisão pública cumpra um papel histórico, de suprir certas deficiências, certas distâncias, tanto no campo da informação, ultrapassando jornalismo. Tem doenças no Brasil que são por pura falta de informação. Outro dia, eu abri o jornal e vi, o Brasil disparado é o maior índice de câncer peniano do mundo. É uma doença que praticamente não existe, porque falta informação sobre higiene corporal. Nós temos a segunda melhor técnica odontológica do mundo e a maior quantidade de desdentados, comparado com os países em níveis sociais piores da África, quando na verdade saúde bucal não depende de tratamento, mas depende de prevenção, hábito e educação. Então são coisas que eu não estou tentando transformar a TV pública numa chatura para, mas é evidente que você pode, de uma forma positiva, gerar conteúdos e procedimentos de integração dessa camada social que sempre foi secundarizada e pode vir a fazer parte, então isso é uma missão estratégica que é cultural, que é informacional, pedagógica, educativa. Qualquer aspecto que você pegar, ela, essa TV pública vai ter que incorporar. Então nossa relação continua sendo positiva, nós temos um compreensão desse processo, e sabemos que o processo se dá em outra estrutura administrativa, o entendimento com o ministro Franklin é o melhor possível, inclusive foi quem permitiu que o governo assimilasse rapidamente um processo que vinha sendo constituído mais no mundo da TV pública, então é isso, o ministério continua disposto a cooperar com o avanço deste instrumento que, talvez seja o grande instrumento dessa, desse desenvolvimento no sentido de distribuir, distribuir riquezas e benefícios e diminuir a distância social.

Bem, eu queria comunicar ao conselho, que nós vamos ter que fazer uma adaptação à lei, do regimento. O conselho curador.

Eu queria ser o último à falar.

Pode falar. Só queria fazer esta comunicação.

Só para encerrar o item anterior. Eu queria só dar um depoimento sobre o Orlando Sena. Eu conversei com ele no momento em que ele estava saindo e foi uma conversa mais ou menos tranqüila, ele não fez uma única, na verdade eu estava tentando comentar, eu ia comentar o documento que ele fez, e ele me comunicando que estava saindo, mas queria dar este depoimento, absolutamente tranqüilo, não fez uma única crítica a nenhuma pessoa, me pareceu uma pessoa de paz, que compreende que encerrou um ciclo e estava virando a pagina. Então foi uma conversa enormemente tranqüila, sem angústia, sem falar de ninguém, não é o momento que se encerra, pelo menos da parte dele, foi bem recebida, a menos que tenha falseado a verdade. Acho que você sentiu a mesma coisa. (ininteligível), como fim de um momento.

Mas a decisão dele foi espontânea e unilateral sair.

Sim, mas ele estava em paz Tereza. Não sei teve esta impressão ministro.

Ele achou que era o melhor negócio.

Ele achou que era o melhor, encerrou um ciclo, estava na hora de, não fez uma crítica a nenhuma pessoa, se fizesse até, eu não diria qual é, mas não fez, por elegância, mas como não fez, eu posso dizer que não fez, não fez nenhuma crítica, estava em paz, encerrou um ciclo, vamos começar um novo.

Bem, se algum outro conselheiro tiver, quiser fazer uso da palavra, a palavra está aberta, antes que eu encerre a sessão. Nós vamos distribuir o relatório, integral, com as devidas supressões que foram aqui adaptadas, integral, mas o que foi aprovado aqui.

A imprensa lá fora está perguntando muito pelas moções.

Tem uma moção só que foi aprovada, a outra foi substituída. Não, não vamos destacar nada. Nós vamos entregar para eles o relatório, vamos entregar o relatório tal como ele foi aprovado, porque o conselho supostamente, supostamente é bom, supostamente é soberano.

A imprensa quer saber muito lá fora, sobre o quê que é a discussão de organograma. Disse para perguntar aos senhores, mas que em princípio a gente deu esclarecimentos aqui sobre organização interna, do organograma, como é que funciona, etc.

(vozes fora do microfone)